



Sumário

Informações Gerais da Entidade	2
Declaração do Contador	2
Base de Preparação das Demonstrações Contábeis	3
Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis	3
Principais mudanças nas práticas e procedimentos contábeis	5
Demonstrações Contábeis.....	5
Balanço Patrimonial.....	7
Demonstração das Variações Patrimoniais	8
Balanço Orçamentário	9
Balanço Financeiro	10
Demonstrações dos Fluxos De Caixa	11
Notas Explicativas	12
Nota 01 - Caixa e Equivalentes de Caixa.....	12
Nota 02 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	12
Nota 03 – Estoques.....	13
Nota 04 - VPDs Pagas Antecipadamente.....	14
Nota 05 – Demais Créditos e Valores a Longo Prazo.....	14
Nota 06 - Imobilizado	15
Nota 07 - Intangível (Softwares).....	19
Nota 08 - Obrigações Trab., Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo	20
Nota 09 - Demais Obrigações a Curto Prazo	20
Nota 10 - Ajustes de Exercícios Anteriores.....	21
Nota 11 – Patrimônio Líquido (Composição)	22
Nota 12 - Saldos dos Atos Potenciais Passivos	22
Nota 13 – Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro	22
Nota 14 - Transferências e Delegações Recebidas	23
Nota 15 - Valorização e ganhos com ativos e desincorporação de passivos	23
Nota 16 - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	24
Nota 17 - Pessoal e Encargos.....	24
Nota 18 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais.....	25
Nota 19 - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	25
Nota 20 - Transferências e Delegações Concedidas.....	26
Nota 21 - Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	26
Nota 22 - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	26
Nota 23 – Balanço Orçamentário	27
Nota 24 - Restos a Pagar.....	31
Nota 25 - Balanço Financeiro.....	32
Nota 26 - Demonstração dos Fluxos De Caixa.....	34
Nota 27 - Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa e Resultado Financeiro	35
Outras Informações Relevantes	36
Bases de Mensuração por Classe Contábil	36
Critérios de Mensuração e Depreciação dos Bens Móveis	37



Informações Gerais da Entidade

O Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO) é um órgão do Poder Judiciário, inscrito no CNPJ sob o nº 04.565.735/0001-13, com sede em Porto Velho, Rondônia, localizado na Avenida Presidente Dutra, nº 1889, bairro Baixa da União, CEP 76.805-901.

Sua principal finalidade é administrar o processo eleitoral no estado, assegurando a organização e o exercício pleno dos direitos políticos, em especial o direito ao voto. O Tribunal estabelece diretrizes que promovem segurança, a transparência e a eficiência das eleições, contribuindo para o fortalecimento da democracia e do Estado Democrático de Direito.

A competência institucional do TRE-RO está definida no art. 96, inciso I, alínea “a”, da Constituição Federal, e nos arts. 29 e 30 do Código Eleitoral (Lei nº 4.737/1965), além de regulamentação específica por meio de seu Regimento Interno (Resoluções TRE-RO nº 14/2021 e nº 06/2015).

A atuação da Justiça Eleitoral de Rondônia ocorre em três esferas:

- ✓ Jurisdicional: julgando matérias eleitorais;
- ✓ Administrativa: organizando e realizando eleições, referendos e plebiscitos;
- ✓ Regulamentar: elaborando normas para o funcionamento de suas atividades.

As demonstrações contábeis apresentadas referem-se ao exercício de 2025 e refletem a situação financeira e patrimonial do TRE-RO. A unidade gestora no SIAFI é a de nº 070024 e identificada na Lei Orçamentária de 2025 como unidade orçamentária nº 14122.

As demonstrações orçamentárias também evidenciam a execução de recursos inicialmente alocados ao Tribunal Superior Eleitoral e descentralizados aos Tribunais Regionais Eleitorais, com o objetivo de viabilizar a realização das Eleições Gerais e eleições suplementares.

Mais informações sobre as funções, estrutura, atividades e notícias do TRE-RO estão disponíveis no site: <https://www.tre-ro.jus.br/>.

Declaração do Contador

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, bem como às respectivas notas explicativas, que estão em conformidade com os princípios e normas contábeis aplicáveis ao setor público.

A presente declaração tem como base a Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil, conforme previsto no Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

As informações apresentadas nos relatórios contábeis – Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Notas Explicativas – atendem, em todos os aspectos relevantes, à legislação vigente, especialmente à Lei nº 4.320/1964, às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), ao Manual SIAFI e demais normas técnicas pertinentes.

Porto Velho/RO, janeiro de 2025.

Josafá Kuriyama
Contador Responsável
CRC/RO nº 7.727/O

Ricardo Moura Silva
Coordenador de Orçamento, Finanças e Contabilidade
CRC/RO nº 7.376/O



Base de Preparação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia foram elaboradas em conformidade com as Leis nº 4.320/1964 e nº 10.180/2001, os Decretos nº 93.872/1986 e nº 6.976/2009, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), o Manual SIAFI e demais normas técnicas aplicáveis.

As informações contábeis têm como base os dados registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

As demonstrações seguem os padrões do setor público brasileiro e incluem os seguintes relatórios:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- VI. Notas Explicativas (NE).

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

Com base nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia adota critérios e políticas contábeis que garantem a transparência e a precisão das informações financeiras e patrimoniais, assegurando uma representação fiel da situação da instituição.

Moeda Funcional

A moeda funcional utilizada para o reconhecimento, mensuração e evidência das Demonstrações Contábeis é o Real.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem dinheiro em caixa e demais depósitos bancários. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Créditos e Valores a Curto Prazo

Compreendem os direitos a receber, principalmente relacionados a adiantamentos e créditos não tributários. Esses valores são mensurados e avaliados pelo seu valor original, acrescido de atualizações monetárias e juros, quando aplicável.

Estoque

Compreende os materiais em almoxarifado destinados à manutenção das atividades do órgão. O método para mensuração e avaliação das entradas desses bens é o valor de aquisição ou produção. As saídas são avaliadas pelo custo médio ponderado, conforme estabelece o art. 106, inciso III, da Lei nº 4.320/1964.

VPD Pagas Antecipadamente

Compreendem pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão no curto prazo. A base de mensuração é o custo histórico.

Imobilizado

Composto pelos bens móveis e imóveis, reconhecidos inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, os bens ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado, desde que aumentem sua vida útil e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Caso não gerem tais benefícios, esses gastos são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Depreciação de Bens Móveis

O método de cálculo dos encargos de depreciação para os bens móveis é o de quotas constantes. A vida útil e o valor residual seguem os critérios definidos pela Secretaria do Tesouro Nacional, na macrofunção 02.03.30, conforme a tabela a seguir:



Conta Contábil		Vida Útil (Anos)	Valor Residual
123110101	Aparelhos de Medição e Orientação	15	10%
123110102	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	10	20%
123110103	Equipam. e Utensílios Médicos, Odontol., Lab. e Hosp.	15	20%
123110105	Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	10	10%
123110106	Máquinas e Equipamentos Industrial	20	10%
123110107	Máquinas e Equipamentos Energéticos	10	10%
123110108	Máquinas e Equipamentos Gráficos	15	10%
123110109	Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	10	10%
123110112	Equipamentos, Peças e Acessórios P/Automóveis	5	10%
123110121	Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	10	10%
123110125	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	10	10%
123110201	Equipamentos de Processamento de Dados	5	10%
123110301	Aparelhos e Utensílios Domésticos	10	10%
123110302	Máquinas e Utensílios de Escritório	10	10%
123110303	Mobiliário em Geral	10	10%
123110402	Coleções e Materiais Bibliográficos	10	10%
123110405	Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	10	10%
123110406	Obras de Arte e Peças para Exposição	-	-
123110501	Veículos em Geral	15	10%
123110503	Veículos de Tração Mecânica	15	10%
123110900	Armamentos	20	15%
123119909	Peças Não Incorporáveis a Imóveis	10	10%

Intangível

Os direitos que têm por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de custo (aquisição ou produção), deduzidos o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas de valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão

Os procedimentos para registro desses eventos na Administração Pública Federal Direta, autarquias e fundações têm como base a legislação vigente (Lei nº 4.320/1964, LC nº 101/2000, Lei nº 10.180/2001, Decreto nº 6.976/2009), as NBC TSP e o MCASP.

Detalhamentos operacionais podem ser consultados no Manual Siafi (Macrofunção 020330), disponível no sítio do Tesouro Nacional, e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 10/2023, que trata da mensuração, atualização, reavaliação e depreciação de bens imóveis da União controlados pelo SPIUnet.

Reavaliação

Segundo o art. 6º da Portaria Conjunta STN/SPU nº 10/2023, os valores dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais deverão ser reavaliados nas seguintes situações:

- (i) quando forem realizadas obras ou reformas, a título de benfeitoria, em valor igual ou superior a 20% do valor contábil líquido do imóvel;
- (ii) quando houver alteração da área construída ou da tipologia do imóvel, independentemente do valor investido;
- (iii) quando comprovada a ocorrência de sinistros, como incêndio, desmoronamento, desabamento ou arruinamento;
- (iv) quando o último valor justo cadastrado no sistema da Secretaria do Patrimônio da União tiver sido registrado há 5 (cinco) anos ou mais.

Depreciação, Amortização e Exaustão

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o valor de custo do ativo imobilizado, incluindo tanto os custos diretos quanto os indiretos. O método utilizado para cálculo da depreciação de bens móveis é o das quotas constantes.

No caso de bens imóveis, o cálculo é detalhado na Nota Explicativa Específica de Imóveis, conforme a Portaria Conjunta STN/SPU nº 10/2023.



Como regra geral, a depreciação de bens móveis deve iniciar-se no primeiro dia do mês seguinte à data em que o bem estiver disponível para uso. Contudo, quando o valor do bem adquirido e o montante da depreciação no primeiro mês forem relevantes, admite-se, excepcionalmente, o registro da depreciação proporcional a fração inferior a um mês.

Depreciação de Bens Imóveis Cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis é apurado mensalmente e de forma automática pelo sistema SPIUnet, com base no valor depreciável da aquisição, utilizando o Método da Parábola de Kuentzle. A depreciação tem início na data em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil é definida com base em laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, conforme parâmetros previamente estabelecidos pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU), de acordo com a natureza e as características dos bens imóveis.

Nos casos de reavaliação, independentemente do motivo, a depreciação acumulada é zerada, e o cálculo é reiniciado com base no novo valor atribuído ao bem.

Passivos Circulantes e não Circulantes

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e juros ocorridos até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais e demais obrigações.

Benefícios a Empregados

Benefícios a empregados, relacionados a encargos de férias e décimo terceiro salário, são reconhecidos pelo regime de competência, de acordo com os serviços prestados, sendo registrados como variações patrimoniais diminutivas. Da mesma forma, os benefícios pós-emprego, vinculados à aposentadoria e pensões, também são reconhecidos pelo regime de competência.

Ativos e Passivos Contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, conforme previsto nos itens 35 e 39 da NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Quando relevantes, devem ser registrados em contas de controle e evidenciados nas notas explicativas, no tópico “Outras Informações Relevantes.”

Apuração do Resultado

Nas demonstrações contábeis são apurados os seguintes resultados:

- Na Demonstração das Variações Patrimoniais, apura-se o Resultado Patrimonial a partir do confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e as Diminutivas. Caso o resultado seja positivo, ocorre um Superávit Patrimonial; se negativo, resulta em Déficit Patrimonial.
- No Balanço Orçamentário, o Resultado Orçamentário é obtido pela diferença entre as Receitas Realizadas e as Despesas Empenhadas. Um resultado positivo configura Superávit Orçamentário; negativo, Déficit Orçamentário.
- No Balanço Financeiro ou na Demonstração dos Fluxos de Caixa, apura-se o Resultado Financeiro por meio do confronto entre o saldo atual de caixa e Equivalentes de caixa e o saldo anterior. Se o resultado for positivo, constitui Superávit Financeiro; se negativo, caracteriza Déficit Financeiro. Essa apuração do Resultado Financeiro não deve ser confundida com a apuração realizada no Balanço Patrimonial, que considera os Ativos Financeiros menos os Passivos Financeiros. Este último, se resultar em superávit, é inclusive fonte para abertura de créditos adicionais.

Principais mudanças nas práticas e procedimentos contábeis

Em 2025, não houve alterações nas práticas e procedimentos contábeis adotados nos exercícios anteriores.

Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia foram elaboradas em conformidade com as Leis nº 4.320/1964 e nº 10.180/2001, os Decretos nº 93.872/1986 e nº 6.976/2009, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) e as diretrizes da 11ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

As demonstrações apresentadas a seguir referem-se à execução do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social no período encerrado em 31 de dezembro de 2025. São compostas pelos seguintes relatórios: Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais e



Demonstração dos Fluxos de Caixa, todos extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), devidamente acompanhados das respectivas Notas Explicativas.

A elaboração e análise dessas demonstrações, enquanto técnica contábil, estão em constante evolução, buscando alinhamento com os padrões legais e internacionais de qualidade da informação. A contabilidade registra, classifica e evidencia os atos e fatos da gestão pública, possibilitando a análise das informações produzidas. Dessa forma, serve de base para avaliar a eficácia da administração e a gestão dos recursos públicos, além de subsidiar a apresentação do patrimônio e a análise de suas alterações ao longo do tempo.

A contabilidade constitui-se, também, como instrumento fundamental para assegurar a transparência e a adequada prestação de contas. No setor público, contribui para o conceito de accountability, garantindo o acompanhamento responsável dos gestores sobre o patrimônio público. Nesse contexto, as demonstrações contábeis e suas notas explicativas são essenciais tanto para a tomada de decisões pelos gestores e para o controle exercido pelos órgãos competentes e pela sociedade.

Portanto, a prestação de contas deve ser realizada de forma periódica, clara, objetiva e imparcial, refletindo a realidade do patrimônio público. Como resultado, as demonstrações e notas explicativas devem ser completas, compreensíveis, comparáveis, fidedignas e relevantes.



Balanço Patrimonial

ATIVO			
ESPECIFICAÇÃO		2025	2024
ATIVO CIRCULANTE	NE	31.156.270,79	10.771.579,21
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	26.586.596,03	5.473.650,32
Créditos a Curto Prazo		819.502,15	2.326.143,51
Demais Créditos e Valores	2	819.502,15	2.326.143,51
Estoques	3	3.548.927,92	2.692.145,09
VPDs Pagas Antecipadamente	4	201.244,69	279.640,29
ATIVO NÃO CIRCULANTE		156.749.556,03	134.212.067,52
Ativo Realizável a Longo Prazo		1632,60	2.633,79
Demais Créditos e Valores	5	1.632,60	2.633,79
Imobilizado	6	151.865.381,88	129.644.778,85
Bens Móveis		36.301.350,15	40.150.263,01
Bens Móveis		61.389.783,98	60.496.782,19
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-25.088.433,83	-20.346.519,18
Bens Imóveis		115.564.031,73	89.494.515,84
Bens Imóveis		115.700.215,02	89.568.366,03
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-136.183,29	-73.850,19
Intangível	7	4.882.541,55	4.564.654,88
Softwares		4.882.541,55	4.564.654,88
Softwares		7.616.088,16	7.178.106,74
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-2.733.546,61	-2.613.451,86
TOTAL DO ATIVO		187.905.826,82	144.983.646,73
PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO		2025	2024
PASSIVO CIRCULANTE		2.148.129,50	4.310.935,81
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	8	46.509,28	124.480,09
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		0,00	902,75
Demais Obrigações a Curto Prazo	9	2.101.620,22	4.185.552,97
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		0,00	0,00
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		2.148.129,50	4.310.935,81
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
ESPECIFICAÇÃO		2025	2024
Demais Reservas		48.273.740,96	48.273.740,96
Resultados Acumulados		137.483.956,36	92.398.969,96
Resultado do Exercício		48.185.733,11	13.976.822,49
Resultados de Exercícios Anteriores		92.398.969,96	81.662.636,66
Ajustes de Exercícios Anteriores	10	-3.100.746,71	-3.240.489,19
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11	185.757.697,32	140.672.710,92
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		187.905.826,82	144.983.646,73

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			
ESPECIFICAÇÃO		2025	2024
ATIVO FINANCEIRO		26.586.596,03	5.473.650,32
ATIVO PERMANENTE		161.319.230,79	139.509.996,41
PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO		2025	2024
PASSIVO FINANCEIRO		23.789.346,32	27.514.022,72
PASSIVO PERMANENTE		0,00	64.367,71
SALDO PATRIMONIAL		164.116.480,50	117.405.256,30

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (CONTROLE)

ATIVO			
ESPECIFICAÇÃO		2025	2024
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		4.606.793,20	3.971.650,65
Atos Potenciais Ativos		4.606.793,20	3.971.650,65
Garantias e Contragarantias Recebidas		4.606.793,20	3.971.650,65
TOTAL		4.606.793,20	3.971.650,65
PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO		2025	2024
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos			
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	12	91.535.297,59	69.811.473,17
Atos Potenciais Passivos		91.535.297,59	69.811.473,17
Obrigações Contratuais		91.535.297,59	69.811.473,17
TOTAL		91.535.297,59	69.811.473,17

QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO

DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Não Vinculados		2.662.449,41
Recursos Vinculados		134.800,30
Previdência Social (RPPS)		0,00
Fundos, Órgãos e Programas		134.800,30
TOTAL	13	2.797.249,71



Demonstração das Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	NE	2025	2024
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		175.441.590,35	144.303.948,02
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		0,00	8.935,93
Taxas		0,00	8.935,93
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		37.178,41	4.284,99
Juros e Encargos de Mora		37.178,41	4.284,99
Transferências e Delegações Recebidas	14	173.169.186,25	141.783.217,38
Transferências Intragovernamentais		172.672.019,95	141.745.359,14
Outras Transferências e Delegações Recebidas		497.166,30	37.858,24
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	15	839.306,00	735.902,15
Reavaliação de Ativos		0,00	0,00
Ganhos com Incorporação de Ativos		833.631,78	733.066,35
Ganhos com Desincorporação de Passivos		5.674,22	2.835,80
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	16	1.395.919,69	1.771.607,57
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		1.395.919,69	1.771.607,57
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		127.255.857,24	130.327.125,53
Pessoal e Encargos	17	74.950.680,60	76.238.406,28
Remuneração a Pessoal		58.604.007,89	61.546.135,82
Encargos Patronais		8.920.534,22	8.569.160,69
Benefícios a Pessoal		6.014.446,85	4.917.733,00
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		1.411.691,64	1.205.376,77
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	18	13.371.879,84	12.363.974,51
Aposentadorias e Reformas		11.791.444,78	10.973.445,33
Pensões		1.568.578,72	1.387.185,03
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		11.856,34	3.344,15
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	19	36.642.247,28	37.668.871,05
Uso de Material de Consumo		1.306.957,07	4.100.913,98
Serviços		30.531.763,39	29.882.257,30
Depreciação, Amortização e Exaustão		4.803.526,82	3.685.699,77
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		5.136,61	25,39
Juros e Encargos de Mora		5.136,61	25,39
Descontos Financeiros Concedidos		0,00	0,00
Transferências e Delegações Concedidas	20	1.941.514,43	2.998.592,58
Transferências Intragovernamentais		1.426.142,83	1.905.848,74
Transferências Intergovernamentais		0,00	1.000.000,00
Outras Transferências e Delegações Concedidas		515.371,60	92.743,84
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	21	239.421,42	958.258,92
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		7.012,00	0,00
Perdas Involuntárias		10.724,67	145,12
Desincorporação de Ativos		221.684,75	958.113,80
Tributárias		61.157,15	60.872,09
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		26.756,33	22.927,84
Contribuições		34.400,82	37.944,25
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	22	43.819,91	38.124,71
Premiações		0,00	7.573,00
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		43.819,91	30.551,71
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		48.185.733,11	13.976.822,49



Balanço Orçamentário

RECEITA					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES		-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL		-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS		-	-	-	-
DEFICIT	23	-	-	152.595.939,89	152.595.939,89
TOTAL		-	-	152.595.939,89	152.595.939,89
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	23	-	15.057.851,00		-15.057.851,00
Créditos Cancelados	23	-	15.057.851,00	-	

DESPESA							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES		109.480.433,00	119.785.629,00	121.209.573,87	118.660.262,65	118.659.262,65	-1.423.944,87
Pessoal e Encargos Sociais		79.655.141,00	84.780.699,00	84.547.515,18	83.210.765,18	83.210.765,18	233.183,82
Outras Despesas Correntes		29.825.292,00	35.004.930,00	36.662.058,69	35.449.497,47	35.448.497,47	-1.657.128,69
DESPESAS DE CAPITAL		25.257.284,00	30.009.939,00	31.386.366,02	13.721.559,74	13.721.559,74	-1.376.427,02
Investimentos		25.257.284,00	30.009.939,00	31.386.366,02	13.721.559,74	13.721.559,74	-1.376.427,02
SUBTOTAL DAS DESPESAS		134.737.717,00	149.795.568,00	152.595.939,89	132.381.822,39	132.380.822,39	-2.800.371,89
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		134.737.717,00	149.795.568,00	152.595.939,89	132.381.822,39	132.380.822,39	-2.800.371,89
TOTAL	23	134.737.717,00	149.795.568,00	152.595.939,89	132.381.822,39	132.380.822,39	-2.800.371,89

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		1.575.226,07	5.512.584,53	3.227.863,73	3.227.863,73	3.592.024,95	267.921,92
Pessoal e Encargos Sociais		1.421.355,15	3.488.928,17	1.303.628,61	1.303.628,61	3.506.755,71	99.899,00
Outras Despesas Correntes		153.870,92	2.023.656,36	1.924.235,12	1.924.235,12	85.269,24	168.022,92
DESPESAS DE CAPITAL		4.507.954,31	11.672.592,46	13.779.963,48	13.779.963,48	1.241.405,89	1.159.177,40
Investimentos		4.507.954,31	11.672.592,46	13.779.963,48	13.779.963,48	1.241.405,89	1.159.177,40
TOTAL	24	6.083.180,38	17.185.176,99	17.007.827,21	17.007.827,21	4.833.430,84	1.427.099,32

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		320,00	2.364.979,62	2.318.375,94	414,40	46.509,28
Pessoal e Encargos Sociais		0,00	1.789.422,42	1.742.913,14	0,00	46.509,28
Outras Despesas Correntes		320,00	575.557,20	575.462,80	414,40	0,00
DESPESAS DE CAPITAL		0,00	298.881,20	298.881,20	0,00	0,00
Investimentos		0,00	298.881,20	298.881,20	0,00	0,00
TOTAL	24	320,00	2.663.860,82	2.617.257,14	414,40	46.509,28



Balanço Financeiro

INGRESSOS			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2025	2024
Receitas Orçamentárias		-	-
Ordinárias		-	-
Vinculadas		-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-	-
Transferências Financeiras Recebidas	25	172.518.257,39	141.560.110,76
Resultantes da Execução Orçamentária		151.400.752,99	136.306.656,01
Sub-repasse Recebido	25	151.400.752,99	136.306.656,01
Independentes da Execução Orçamentária		21.117.504,40	5.253.454,75
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	25	21.044.931,16	5.134.915,47
Movimentação de Saldos Patrimoniais	25	72.573,24	118.539,28
Recebimentos Extraorçamentários		24.096.461,96	28.965.582,21
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	25	1.000,00	2.440.182,15
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	25	20.214.117,50	17.185.176,99
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		2.374.434,71	7.369.943,83
Outros Recebimentos Extraorçamentários		1.506.909,75	1.970.279,24
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		270,05	85,80
Arrecadação de Outra Unidade		1.353.569,59	1.784.608,46
Demais Recebimentos		153.070,11	185.584,98
Saldo do Exercício Anterior		5.473.650,32	4.187.721,61
Caixa e Equivalentes de Caixa		5.473.650,32	4.187.721,61
TOTAL		202.088.369,67	174.713.414,58

DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2025	2024
Despesas Orçamentárias	25	152.595.939,89	144.808.227,49
Recursos Não Vinculados		136.608.678,84	131.750.280,88
Recursos Vinculados		15.987.261,05	13.057.946,61
Previdência Social (RPPS)		12.311.632,10	10.939.505,00
Fundos, Órgãos e Programas		3.675.628,95	2.118.441,61
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		0,00	0,00
Transferências Financeiras Concedidas	25	1.426.142,83	1.905.848,74
Resultantes da Execução Orçamentária		0,00	2.701,00
Repasse Concedido		0,00	2.701,00
Independentes da Execução Orçamentária		1.426.142,83	1.903.147,74
Movimento de Saldos Patrimoniais		1.426.142,83	1.903.147,74
Pagamentos Extra orçamentários	25	21.479.690,92	22.525.688,03
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		2.617.257,14	2.692.698,88
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		17.007.827,21	14.038.353,98
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		1.851.719,64	5.793.115,65
Outros Pagamentos Extra orçamentários		2.886,93	1.519,52
Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		2.886,93	1.519,52
Saldo para o Exercício Seguinte	25	26.586.596,03	5.473.650,32
Caixa e Equivalentes de Caixa		26.586.596,03	5.473.650,32
TOTAL		202.088.369,67	174.713.414,58



Demonstrações dos Fluxos De Caixa

		2025	2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	NE	48.913.350,13	14.681.441,17
INGRESSOS	26	176.399.601,85	150.900.333,83
Outros Ingressos Operacionais		176.399.601,85	150.900.333,83
Ingressos Extra orçamentários		2.374.434,71	7.369.943,83
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		270,05	85,80
Transferências Financeiras Recebidas		172.518.257,39	141.560.110,76
Arrecadação de Outra Unidade		1.353.569,59	1.784.608,46
Demais Recebimentos		153.070,11	185.584,98
DESEMBOLSOS	26	-127.486.251,72	-136.218.892,66
Pessoal e Demais Despesas		-115.892.940,51	-119.414.048,39
Judiciário		-102.520.185,32	-106.884.375,70
Previdência Social		-12.873.119,91	-12.143.953,03
Encargos Especiais		-496.748,35	-384.200,14
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		-2.886,93	-1.519,52
Transferências Concedidas		-8.315.448,74	-9.105.879,88
Intergovernamentais		0,00	-1.000.000,00
A Estados e/ou Distrito Federal		0,00	-1.000.000,00
Intragovernamentais		-8.315.448,74	-8.105.879,88
Outros Desembolsos Operacionais		-3.277.862,47	-7.698.964,39
Dispêndios Extra orçamentários		-1.851.719,64	-5.793.115,65
Transferências Financeiras Concedidas		-1.426.142,83	-1.905.848,74
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	26	-27.800.404,42	-13.395.512,46
INGRESSOS		-	-
DESEMBOLSOS		-27.800.404,42	-13.395.512,46
Aquisição de Ativo Não Circulante		-26.380.510,36	-13.000.763,56
Outros Desembolsos de Investimentos		-1.419.894,06	-394.748,90
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	27	21.112.945,71	1.285.928,71
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		5.473.650,32	4.187.721,61
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		26.586.596,03	5.473.650,32



Notas Explicativas

Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia a posição financeira do Tribunal, apresentando os saldos dos Ativos, Passivos e Patrimônio Líquido, permitindo a comparação entre o exercício-base de 2025 e o encerramento de dezembro de 2024.

Os Ativos compreendem os recursos financeiros e patrimoniais sob controle do Tribunal, que possuem capacidade de gerar benefícios econômicos futuros ou potencial de prestação de serviços. Os Passivos representam as obrigações presentes, resultantes de eventos passados, cuja liquidação provavelmente exigirá o uso de recursos no futuro.

O Patrimônio Líquido corresponde à diferença entre o total de Ativos e o total de Passivos exigíveis. Um saldo positivo indica uma situação patrimonial favorável (superavitária), enquanto um saldo negativo reflete uma situação patrimonial desfavorável (deficitária).

Nota 01 - Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreende o somatório dos valores disponíveis na Conta Única do Tesouro Nacional, em bancos e seus equivalentes, representando recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade, sem restrições para uso imediato.

Esse grupo de contas é constituído por recursos financeiros provenientes de Transferências Intra-Governamentais recebidas pelo TRE/RO.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	DEZ/2025 (R\$)	DEZ/2024 (R\$)	AH(%)
LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PGTO - OFSS	24.942.075,08	3.885.546,48	541,92
LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGTO- ORDEM PAGTO - OFSS	0,00	19.195,44	-100,00
BANCO DO BRASIL	0,00	9,53	-100,00
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	15.752,81	19.078,20	-17,43
DEPOSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS (GARANTIAS)	1.628.768,14	1.549.820,67	5,09
TOTAL GERAL	26.586.596,03	5.473.650,32	385,72

Fonte: SIAFI 2025

Em 31 de dezembro de 2025, o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO) apresentou saldo de R\$ 26.586.596,03 no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa, registrando aumento de 385,72% em relação a 31 de dezembro de 2024, quando o saldo era de R\$ 5.473.650,32.

A composição desse grupo evidencia a predominância da conta “Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – OFSS”, que totalizou R\$ 24.942.075,08 em 2025, frente a R\$ 3.885.546,48 em 2024, representando variação positiva de 541,92%. Esse saldo corresponde ao direito de saque na Conta Única do Tesouro Nacional, destinado ao custeio de despesas autorizadas na Lei Orçamentária Anual (LOA), conforme fontes de recursos e destinações legalmente vinculadas.

As despesas relacionadas ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) foram integralmente quitadas até 31 de dezembro de 2025, não havendo obrigações pendentes no encerramento do exercício. Tal situação evidencia a regularidade dos pagamentos previdenciários e o cumprimento integral da legislação aplicável.

Os Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados (Garantias) totalizaram R\$ 1.628.768,14, com crescimento de 5,09% em relação ao exercício anterior. Esses valores referem-se a montantes retidos como garantia em contratos de prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, permanecendo em conta vinculada em nome do contratado, destinados ao pagamento de verbas trabalhistas de seus empregados, conforme a legislação vigente.

Nota 02 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Compreendem os valores a receber por transações realizáveis no exercício corrente ou direitos a curto prazo, referentes a transferências ou adiantamentos realizados e ainda não comprovados de serviços prestados ou de recursos aplicados por terceiros.



COMPOSIÇÃO	DEZ/2025 (R\$)	DEZ/2024 (R\$)	AH(%)	AV(%)
SALÁRIOS E ORDENADOS – PAGAMENTO ANTECIPADO	93.902,65	58.007,17	61,88	11,46
CRED A REC POR DEB DE TERCEIRO EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	4.000,84	0,00	0,00	0,49
ADIANTAMENTO DE FÉRIAS	721.598,66	0,00	0,00	88,05
ADIANTAMENTO A PRESTADORES DE SERVIÇOS	0,00	2.268.136,34	-100,00	0,00
TOTAL GERAL	819.502,15	2.326.143,51	-64,77	100,00

Fonte: SIAFI 2025

Em 31/12/2025, o saldo de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo do TRE-RO totalizou R\$ 819.502,15, composto majoritariamente por adiantamentos concedidos a servidores, com destaque para adiantamento de férias, correspondente a pagamentos antecipados a serem compensados na folha do exercício subsequente, em conformidade com as normas contábeis aplicáveis.

Observa-se redução significativa de 64,77% em relação a 31/12/2024, explicada, principalmente, pela regularização dos adiantamentos a prestadores de serviços, que apresentavam saldo relevante no exercício anterior.

O valor de R\$ 4.000,84 refere-se a créditos a receber por débitos de terceiros, decorrentes de auxílio-alimentação pago a convocados para atuar nas Eleições de 2024 que não compareceram aos trabalhos eleitorais, sendo tais valores atualizados mensalmente, nos termos da legislação aplicável.

Nota 03 – Estoques

Refere-se ao valor dos bens adquiridos para uso nas atividades comuns e extraordinárias da Justiça Eleitoral, incluindo ações jurisdicionais e sociais voltadas ao atendimento do cidadão.

Em 31/12/2025, o TRE/RO apresentou saldo de R\$ 3.548.927,92 em Material de Consumo, com variação positiva de cerca de 31,83%, distribuído da seguinte forma:

Estoques – composição

MATERIAL DE CONSUMO	DEZ/2025 (R\$)	DEZ/2024 (R\$)	AH(%)	AV(%)
GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	38.951,19	274.271,22	-85,80	1,10
MATERIAL DE EXPEDIENTE	229.790,55	279.804,19	-17,87	6,47
MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	2.681.081,33	978.064,52	174,12	75,55
MATERIAL DE ACONDIC. E EMBALAGEM	139.917,81	174.983,93	-20,04	3,94
MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	161.728,17	176.604,35	-8,42	4,56
MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	94.797,99	90.404,87	4,86	2,67
MATERIAL PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	7.437,80	8.002,81	-7,06	0,21
MATERIAL PARA DIVULGAÇÃO	6.043,96	429.161,44	-98,59	0,17
DEMAIS MATERIAIS	189.179,12	280.847,76	-32,64	5,33
TOTAL GERAL	3.548.927,92	2.692.145,09	31,83	100,00

Fonte: SIAFI 2025

Os estoques referem-se a materiais de consumo destinados às atividades ordinárias da Justiça Eleitoral.

Em 31 de dezembro de 2025, o TRE/RO apresentou saldo de R\$ 3.548.927,92, com aumento em relação ao exercício anterior, decorrente principalmente do recebimento de materiais encaminhados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e de aquisições para manutenção das atividades administrativas e operacionais do órgão.

Observa-se a concentração do saldo em materiais de processamento de dados, refletindo a necessidade de suporte tecnológico às atividades institucionais.

Ressalta-se, ainda, que o consumo de materiais (conta 331100000) atingiu R\$ 1.306.957,07 no exercício.

Conciliação Contábil – Material de Consumo

A conciliação contábil do Material de Consumo evidencia as movimentações ocorridas no exercício de 2025, conforme registros no SIAFI.



MATERIAL DE CONSUMO	VALOR (R\$)
SALDO INICIAL DE ESTOQUES EM 01/01/2025	2.692.145,09
(+) ENTRADA POR AQUISIÇÃO DE MATERIAIS	1.599.296,49
(-) BAIXA DE MATERIAIS POR CONSUMO	-2.569.021,96
(+) REINTEGRAÇÃO DE MATERIAIS AO ESTOQUE POR DEVOLUÇÃO	1.831.959,82
(-) SAÍDA POR TRANSFERÊNCIA PARA OUTRA UG	0,00
(+) ENTRADA POR TRANSFERÊNCIA DE OUTRA UG	0,00
(-) BAIXA POR PERDA OU EXTRAVIO	0,00
(-) BAIXA POR INSERVILIDADE	0,00
(-) BAIXA POR DOAÇÃO	-5.451,52
SALDO FINAL DE ESTOQUES EM 31/12/2025	3.548.927,92

Fonte: SIAFI 2025

O saldo inicial em 01/01/2025 era de R\$ 2.692.145,09, tendo sido impactado principalmente por entradas decorrentes da aquisição de materiais, baixas por consumo e reintegrações ao estoque por devolução, resultando em saldo final de R\$ 3.548.927,92 em 31/12/2025.

Destaca-se que não houve movimentações por transferência entre UGs, perdas, extravios ou inservilidade, tendo ocorrido apenas baixa por doação em valor pouco relevante.

As variações observadas refletem a dinâmica normal de consumo, devolução e reposição de materiais no âmbito das atividades administrativas do TRE/RO.

Nota 04 - VPDs Pagas Antecipadamente

Refere-se a pagamentos antecipados de variações patrimoniais diminutivas (VPD) cujos benefícios ou serviços ocorrerão no curto prazo.

Em 31/12/2025, o Tribunal apresentou um saldo de R\$ 201.244,69 referente a essas variações, distribuído da seguinte forma:

COMPOSIÇÃO	DEZ/2025 (R\$)	DEZ/2024 (R\$)	AH(%)	AV(%)
PRÊMIOS DE SEGURO A APROPRIAR	1.333,30	3.960,49	-66,33	0,66
ASSINATURAS E ANUIDADES A APROPRIAR	199.911,39	272.052,30	-26,52	99,34
VPD DE SERVICOS PAGOS ANTECIPADAMENTE	0,00	3.627,50	-100,00	0,00
TOTAL GERAL	201.244,69	279.640,29	-28,03	100,00

Fonte: SIAFI 2025

Os maiores valores referem-se a assinaturas e anuidades a apropriar, conforme demonstrado na composição da conta 119310000 por favorecido:

Assinaturas e Anuidades a Apropriar – Composição

CNPJ	FAVORECIDO	VALOR (R\$)
0555382000133	AOVS SISTEMAS DE INFORMATICA S.A	27.900,00
06132270000132	SOLLICITA NEGOCIOS PUBLICOS LTDA	4.853,50
07112529000146	GOSHME SOLUCOES PARA A INTERNET LTDA	6.596,80
07797967000195	NP TECNOLOGIA E GESTAO DE DADOS LTDA	1.827,75
09094300000151	OPEN SOLUCOES TRIBUTARIAS LTDA	9.469,30
23692857000115	LATAMSUL IMPORTACAO SERVICOS E COMERCIO DE ELETRONICOS	5.700,00
37912883000116	THC ASSESSORIA E TECNOLOGIA LTDA	16.738,25
66582784000111	MAPDATA-TECNOLOGIA,INFORMATICA E COMERCIO LTDA	126.825,79
TOTAL GERAL		199.911,39

Fonte: SIAFI 2025

Nota 05 – Demais Créditos e Valores a Longo Prazo

Compreende bens, direitos e despesas antecipadas cuja realização ocorrerá após o término do exercício seguinte. Inclui créditos, adiantamentos e demais direitos cujo benefício econômico ou potencial de serviço público ocorrerá no longo prazo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

COMPOSIÇÃO	DEZ/2025 (R\$)	DEZ/2024 (R\$)	AH(%)	AV(%)
CREDITOS A RECEBER DECORRENTES DE INFRAÇÕES - LP	1.632,60	2.633,79	-38,01	100,00
TOTAL GERAL	1.632,60	2.633,79	-38,01	100,00

Fonte: SIAFI 2025

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo registrado totalizou R\$ 1.632,60, integralmente composto por créditos a receber decorrentes de infrações contratuais, classificados no longo prazo. Em comparação com dezembro de 2024, quando o saldo era de R\$ 2.633,79, observa-se uma redução de 38,01%.

Essa redução decorre, principalmente, do encaminhamento de parte dos créditos para inscrição em Dívida Ativa da União, em razão de terem atingido o valor mínimo exigido para inscrição, de R\$ 1.000,00.

A composição detalhada do saldo:

CNPJ	FAVORECIDO	VALOR (R\$)
20.309.429/0001-72	MANUELLA CRISTINA VIEIRA REIS MOREIRA	186,08
28.682.286/0001-51	JULIANO O. SANTOS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	459,61
29.876.719/0001-72	EMANUELE NOGUEIRA PIZA	986,91
TOTAL GERAL		1.632,60

Fonte: SIAFI 2025

Nota 06 - Imobilizado

O Imobilizado compreende os bens móveis e imóveis utilizados pelo Tribunal no desempenho de suas atividades institucionais.

A seguir, a composição do imobilizado:

COMPOSIÇÃO	DEZ/2025 (R\$)	DEZ/2024 (R\$)	AH(%)	AV(%)
BENS MÓVEIS - LÍQUIDO	36.301.350,15	40.150.263,01	-9,59	23,90
(+) VALOR BRUTO CONTÁBIL	61.389.783,98	60.496.782,19	1,48	40,42
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	-25.088.433,83	-20.346.519,18	23,31	-16,52
BENS IMÓVEIS - LÍQUIDO	115.564.031,73	89.494.515,84	29,13	76,10
(+) VALOR BRUTO CONTÁBIL	115.700.215,02	89.568.366,03	29,18	76,19
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	-136.183,29	-73.850,19	84,40	-0,09
TOTAL GERAL	151.865.381,88	129.644.778,85	17,14	100,00

Fonte: SIAFI 2025

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo do Imobilizado totalizou R\$ 151.865.381,88, representando um aumento de 17,14% em relação a 31 de dezembro de 2024. Esse montante é composto por bens móveis e bens imóveis, registrados pelo valor contábil líquido, deduzida a depreciação acumulada.

Os bens imóveis correspondem à maior parcela do Imobilizado, com saldo de R\$ 115.564.031,73, equivalente a 76,10% do total, refletindo principalmente o acréscimo no valor bruto contábil ao longo do exercício.

Os bens móveis, por sua vez, apresentaram saldo líquido de R\$ 36.301.350,15, correspondendo a 23,90% do total, com redução em relação ao exercício anterior, influenciada pelo aumento da depreciação acumulada no período.

Bens Móveis

Os Bens Móveis compreendem os bens que possuem existência física e podem ser transportados ou removidos sem alteração de sua substância ou finalidade econômico-social.

Os bens móveis do Tribunal totalizaram R\$ 36.301.350,15 em 31/12/2025, distribuídos da seguinte forma:

COMPOSIÇÃO	DEZ/2025 (R\$)	DEZ/2024 (R\$)	AH(%)	AV(%)
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTO E FERRAMENTAS	1.847.323,16	1.804.294,84	2,38	3,01
BENS DE INFORMÁTICA	45.787.112,42	45.312.831,92	1,05	74,58
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	7.108.893,57	7.078.185,39	0,43	11,58
MATERIAL CULTURAL, EDUCACIONAL E DE COMUNICAÇÃO	1.082.192,86	804.614,03	34,50	1,76
VEÍCULOS	5.041.760,02	5.041.945,62	0,00	8,21
DEMAIS BENS MÓVEIS	516.748,22	419.716,67	23,12	0,84
BENS NÃO LOCALIZADOS	5.753,73	35.193,72	-83,65	0,01
SUBTOTAL	61.389.783,98	60.496.782,19	1,48	100,00
DEPRECIAÇÃO / AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	-25.088.433,83	-20.346.519,18	23,31	-40,87
TOTAL GERAL	36.301.350,15	40.150.263,01	-9,59	59,13

Fonte: SIAFI 2025



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Em 31 de dezembro de 2025, o valor bruto contábil dos bens móveis do Tribunal totalizou R\$ 61.389.783,98, representando um aumento de 1,48% em relação a 31 de dezembro de 2024. A composição evidencia a predominância dos bens de informática, que correspondem a 74,58% do total, refletindo a relevância dos ativos tecnológicos para a execução das atividades administrativas e eleitorais.

A depreciação acumulada alcançou R\$ 25.088.433,83, com crescimento de 23,31% no exercício, decorrente da depreciação sistemática dos ativos ao longo do tempo.

Após a dedução da depreciação acumulada, o valor contábil líquido dos bens móveis em 31/12/2025 foi de R\$ 36.301.350,15, o que representa uma redução de 9,59% em comparação ao exercício anterior.

Bens Móveis Não Localizados

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de bens móveis não localizados totalizou R\$ 5.753,73, referente exclusivamente ao Inventário de 2020 (BMTRERO20). O Inventário de 2022 (BMTRERO22) encontra-se integralmente regularizado, sem saldo pendente.

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
INVENTÁRIO 2020 - BMTRERO20	
SALDO INICIAL DE BENS NÃO LOCALIZADOS EM 01.01.2025	21.553,12
BENS LOCALIZADOS DURANTE O ANO	-5.766,97
BAIXA DE BENS - INSERVÍVEIS - PROC. 0000010-50.2021.6.22.8000	-10.032,42
SALDO DE BENS NÃO LOCALIZADOS	5.753,73
INVENTÁRIO 2022 - BMTRERO22	
SALDO INICIAL DE BENS NÃO LOCALIZADOS EM 01.01.2025	13.640,60
BENS LOCALIZADOS DURANTE O ANO	-10.718,44
BAIXAS DE BENS - INSERVÍVEIS - PROC. 0003274-41.2022.6.22.8000	-2.922,16
SALDO DE BENS NÃO LOCALIZADOS	0,00
TOTAL DE BENS NÃO LOCALIZADOS (SALDO ATUAL)	5.753,73

Durante o exercício de 2025, foram localizados bens no montante de R\$ 16.485,41 e realizadas baixas por inservibilidade no valor de R\$ 12.954,58, conforme processos administrativos competentes.

O saldo remanescente permanece em fase de apuração, aguardando regularização por meio de localização dos bens, baixa definitiva ou responsabilização administrativa, em conformidade com os procedimentos patrimoniais aplicáveis.

Conciliação Contábil – Bens Móveis

A tabela a seguir mostra a movimentação dos bens móveis no exercício de 2025:

BENS MÓVEIS	VALOR (R\$)
SALDO INICIAL EM 01/01/2025	60.496.782,19
AQUISIÇÕES	1.428.059,11
INCORPORAÇÕES	22.748,59
BAIXA POR DOAÇÃO	-461.833,21
BAIXA POR PERDAS/EXTRAVIOS/DESCARTE	-58.852,71
AJUSTE POR REAVALIAÇÃO	-7.680,00
INCLUSÃO DE BENS LOCALIZADOS	-16.485,41
BAIXA DE BENS NÃO LOCALIZADOS	-12.954,58
SALDO FINAL - VALOR BRUTO EM 31/12/2025 (I)	61.389.783,98
DEPRECIAÇÃO	VALOR (R\$)
SALDO INICIAL EM 01/01/2025	20.346.519,18
REGISTRO DA DEPRECIAÇÃO DO EXERCÍCIO	5.188.643,12
REVERSÃO POR BAIXA - DOAÇÃO	-399.362,53
REVERSÃO POR BAIXA - PERDAS/EXTRAVIO/DESCARTE	-47.365,94
BAIXA DE BENS	0,00
SALDO FINAL - DEPRECIAÇÃO ACUMULADA EM 31/12/2025 (II)	25.088.433,83
VALOR CONTÁBIL LÍQUIDO (Valor bruto - Depreciação Acumulada) - (I-II)	36.301.350,15

O saldo inicial dos bens móveis em 01/01/2025 era de R\$ 60.496.782,19. No exercício, houve aquisições e incorporações no montante de R\$ 1.450.807,70, parcialmente compensadas por baixas decorrentes de doações, perdas, extravios, descarte, ajustes de reavaliação e regularizações de bens localizados e não localizados, totalizando R\$ 557.805,91.

Em razão dessas movimentações, o saldo final do valor bruto dos bens móveis em 31/12/2025 totalizou R\$ 61.389.783,98.

A depreciação acumulada iniciou o exercício com saldo de R\$ 20.346.519,18, sendo acrescida da depreciação do exercício no valor de R\$ 5.188.643,12 e reduzida pelas reversões relativas às baixas de bens (R\$ 446.728,47), resultando em saldo final de depreciação acumulada de R\$ 25.088.433,83.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Dessa forma, o valor contábil líquido dos bens móveis em 31/12/2025, correspondente à diferença entre o valor bruto e a depreciação acumulada, perfaz R\$ 36.301.350,15.

Bens Imóveis

Em 31 de dezembro de 2025, os bens imóveis do Tribunal totalizaram R\$ 115.564.031,73, conforme registros do SIAFI, representando um aumento de 29,13% em relação a 31 de dezembro de 2024 (R\$ 89.494.515,84).

Composição	DEZ/2025 (R\$)	DEZ/2024 (R\$)	AH(%)	AV(%)
BENS DE USO ESPECIAL REGISTRADOS NO SPIUNET	61.925.503,21	61.925.503,21	0,00	53,52
BENS DE USO ESPECIAL NÃO REGISTRADOS NO SPIUNET	14.677.505,64	14.677.505,64	0,00	12,69
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	39.097.206,17	12.965.357,18	201,55	33,79
INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL	115.700.215,02	89.568.366,03	29,18	100,00
(-) DEPRECIAÇÃO / AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	-136.183,29	-73.850,19	84,40	-0,12
TOTAL GERAL	115.564.031,73	89.494.515,84	29,13	99,88

Fonte: SIAFI 2025

A composição dos bens imóveis em 2025 é formada principalmente por bens de uso especial, registrados e não registrados no SPIUNET, que somam R\$ 76.603.008,85 e correspondem a 66,21% do total. Destaca-se o crescimento dos bens imóveis em andamento, que passaram de R\$ 12.965.357,18 em 2024 para R\$ 39.097.206,17 em 2025, representando uma variação positiva de 201,55%, refletindo investimentos em obras e projetos ainda não concluídos.

A depreciação/amortização acumulada totalizou R\$ 136.183,29, valor ainda pouco relevante em relação ao montante total dos bens imóveis, correspondendo a 0,12% do subtotal.

Dessa forma, após a dedução da depreciação acumulada, o valor contábil líquido dos bens imóveis em 31/12/2025 alcançou R\$ 115.564.031,73.

Crítérios e Metodologia para o Cálculo da Depreciação Acumulada de Bens Imóveis

A depreciação/amortização acumulada dos bens imóveis passou de R\$ 73.850,19 em 31/12/2024 para R\$ 136.183,29 em 31/12/2025, representando uma variação de R\$ 62.333,10 (84,40%). Essa variação corresponde aos registros mensais de depreciação efetuados no SIAFI, centralizados pela Coordenação-Geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional (CCONT/STN), sob a Unidade Gestora 170999, com base em informações fornecidas pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU).

O valor depreciável considera 80% do valor das benfeitorias cadastradas no SPIUNET, e a depreciação é calculada pelo Método da Parábola de Kuentzle, conforme disposto na Portaria Conjunta SPU/STN nº 10/2023, utilizando a fórmula $Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, que leva em conta a vida útil total da acessão e o tempo já transcorrido, assegurando maior precisão no cálculo da depreciação acumulada.

Conciliação Contábil – Bens Imóveis e Depreciação Acumulada em 2025

BENS IMÓVEIS		VALOR (R\$)
SALDO INICIAL EM 01/01/2025		89.568.366,03
AQUISIÇÕES (OBRAS/INSTALAÇÕES)		26.131.848,99
INCORPORAÇÕES		0,00
REAVALIAÇÃO DE IMÓVEIS DE USO ESPECIAL (REGISTRADO NO SPIUNET)		0,00
BAIXA DE IMÓVEIS		0,00
TRANSFERÊNCIA DE IMÓVEIS DE USO ESPECIAL (SPIUNET)		0,00
REAVALIAÇÃO DE IMÓVEIS DE USO ESPECIAL (NÃO REGISTRADO NO SPIUNET)		0,00
SALDO FINAL EM 31/12/2025 (I)		115.700.215,02
DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DOS BENS IMÓVEIS		VALOR (R\$)
SALDO INICIAL EM 01/01/2025		-73.850,19
REGISTRO DA DEPRECIAÇÃO NO EXERCÍCIO		-62.333,10
REVERSÃO DE DEPRECIAÇÃO		0,00
SALDO FINAL EM 31/12/2025 (II)		-136.183,29
VALOR CONTÁBIL DOS BENS IMÓVEIS		VALOR (R\$)
SALDO FINAL DOS BENS (I)		115.700.215,02
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA (II)		-136.183,29
VALOR CONTÁBIL LÍQUIDO		115.564.031,73

Fonte: SIAFI 2025

O saldo inicial dos bens imóveis em 01/01/2025 era de R\$ 89.568.366,03. No exercício de 2025, houve aquisições decorrentes de obras e instalações no montante de R\$ 26.131.848,99, não sendo registrados eventos de incorporações, reavaliações, transferências ou baixas de imóveis. Dessa forma, o saldo final dos bens imóveis em 31/12/2025 totalizou R\$ 115.700.215,02.



Composição dos Bens Imóveis Registrados no SPIUnet

O Sistema de Gerenciamento do Patrimônio de Uso Especial da União (SPIUnet) registra atualmente 10 imóveis e 1 terreno pertencentes ao TRE/RO, os quais integram a conta patrimonial 123210102 – Bens Imóveis de Uso Especial.

Os valores patrimoniais encontram-se atualizados conforme os parâmetros e critérios do próprio SPIUnet, sistema oficial de controle e registro de bens imóveis da União, reconhecido pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e integrado ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

Composição

Nº	RIP	UNIDADE/IMÓVEL	DATA DA ÚLTIMA AVALIAÇÃO	VIDA ÚTIL (ANOS)	VALOR DO TERRENO (R\$)	VALOR DA EDIFICAÇÃO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	0003001855004	PORTO VELHO - SEDE	15/02/2022	50	5.000.000,00	20.832.419,41	25.832.419,41
2	0003006415002	PORTO VELHO - ANEXO III	14/02/2022	50	2.500.000,00	2.001.319,37	4.501.319,37
3	0007001355004	ARIQUEMES	17/02/2022	50	1.900.000,00	1.627.185,52	3.527.185,52
4	0009000285009	CACOAL	21/02/2022	50	900.000,00	938.484,80	1.838.484,80
5	0013000685005	VILHENA	15/03/2022	50	670.000,00	498.014,41	1.168.014,41
6	0015000515009	JARU	23/02/2022	50	270.000,00	742.574,22	1.012.574,22
7	0017000325001	OURO PRETO DO OESTE	26/12/2023	50	265.000,00	1.343.274,60	1.608.274,60
8	0025000125003	ESPIGÃO DO OESTE	26/12/2023	50	160.000,00	2.088.972,97	2.248.972,97
9	0027000025005	CEREJEIRAS	22/02/2022	50	110.000,00	745.085,87	855.085,87
10	0029000175003	ROLIM DE MOURA	26/12/2023	50	315.000,00	1.018.172,27	1.333.172,27
		SUBTOTAL - EDIFICAÇÕES			12.090.000,00	31.835.503,44	43.925.503,44
11	0003007455008	TERRENO NOVA SEDE	15/02/2022	-	17.999.999,77	0,00	17.999.999,77
		TOTAL GERAL			30.089.999,77	31.835.503,44	61.925.503,21

Fonte: SIAFI 2025

As reavaliações dos imóveis foram realizadas pela Assessoria de Engenharia do Tribunal (ASSENGE), por meio de laudos técnicos de avaliação devidamente registrados no SPIUnet, observando critérios técnicos de engenharia, normativos patrimoniais vigentes e a individualização por Registro Imobiliário Patrimonial (RIP). As datas da última avaliação constam individualmente para cada bem, refletindo a situação patrimonial mais recente disponível no sistema.

Os imóveis edificados possuem vida útil estimada de 50 anos. Os terrenos não sofrem depreciação e, portanto, não possuem vida útil definida, sendo registrados apenas pelo valor de avaliação.

O valor total do patrimônio imobiliário consolidado do TRE/RO perfaz R\$ 61.925.503,21, sendo:

- ✓ R\$ 30.089.999,77 referentes a terrenos; e
- ✓ R\$ 31.835.503,44 correspondentes às edificações.

Bens Imóveis não Registrados no SPIUnet – Fóruns Eleitorais

A conta 123210200 reúne os bens imóveis ainda não registrados no Sistema de Gerenciamento do Patrimônio de Uso Especial da União (SPIUnet), pendentes de regularização junto à Secretaria do Patrimônio da União (SPU). Esses imóveis correspondem a 13 fóruns eleitorais distribuídos no estado de Rondônia, avaliados em 29/12/2023, com vida útil estimada em 50 anos.

COMPOSIÇÃO

Nº	UNIDADE/IMÓVEL	DATA DA ÚLTIMA AVALIAÇÃO	VIDA ÚTIL (ANOS)	VALOR DO TERRENO (R\$)	VALOR DO EDIFÍCIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Fórum Eleitoral de Guajará-Mirim	29/12/2023	50	619.500,22	802.125,28	1.421.625,50
2	Fórum Eleitoral de Ji-Paraná	29/12/2023	50	594.669,66	1.022.225,48	1.616.895,14
3	Fórum Eleitoral de Costa Marques	29/12/2023	50	216.326,68	682.743,77	899.070,45
4	Fórum Eleitoral de Colorado do Oeste	29/12/2023	50	242.950,61	835.445,55	1.078.396,16
5	Fórum Eleitoral de Pimenta Bueno	29/12/2023	50	831.379,03	803.420,06	1.634.799,09
6	Fórum Eleitoral de Alta Floresta do Oeste	29/12/2023	50	152.927,62	648.524,49	801.452,11
7	Fórum Eleitoral de Alvorada do Oeste	29/12/2023	50	136.000,76	817.927,41	953.928,17
8	Fórum Eleitoral de Santa Luzia do Oeste	29/12/2023	50	17.664,97	285.735,43	303.400,40
9	Fórum Eleitoral de Machadinho do Oeste	29/12/2023	50	1.365.836,63	556.032,91	1.921.869,54
10	Fórum Eleitoral de Buritis	29/12/2023	50	810.966,73	941.257,75	1.752.224,48
11	Fórum Eleitoral de São Miguel do Guaporé	29/12/2023	50	172.570,97	655.898,34	828.469,31
12	Fórum Eleitoral de Nova Brasilândia	29/12/2023	50	81.360,33	349.486,77	430.847,10
13	Fórum Eleitoral de Presidente Médice	29/12/2023	50	224.667,51	809.860,68	1.034.528,19
	TOTAL GERAL			5.466.821,72	9.210.683,92	14.677.505,64

Fonte: SIAFI 2025



O valor total desses bens é de R\$ 14.677.505,64, sendo R\$ 5.466.821,72 referentes aos terrenos e R\$ 9.210.683,92 às edificações. A não inclusão no SPIUnet decorre da necessidade de providências administrativas e técnicas para registro formal, conforme normas e procedimentos definidos pela SPU.

A regularização do registro desses imóveis é fundamental para garantir a atualização patrimonial, o controle efetivo e a transparência na gestão dos bens públicos, em conformidade com os princípios contábeis aplicáveis ao setor público e as orientações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria do Patrimônio da União.

Síntese da composição dos Bens Imóveis

Em síntese, o patrimônio imobiliário do Tribunal está composto por bens registrados e não registrados no SPIUnet, cujos valores permanecem estáveis em relação ao exercício anterior.

Bens Imóveis - Registrados no SPIUnet.

Os bens registrados totalizam R\$ 61.925.503,21, compostos principalmente por edificações (70,93%) e terrenos (29,07%).

COMPOSIÇÃO	DEZ/2025 (R\$)	DEZ/2024 (R\$)	AH(%)	AV(%)
EDIFÍCIOS	43.925.503,44	43.925.503,44	0,00	70,93
TERRENOS/GLEBAS	17.999.999,77	17.999.999,77	0,00	29,07
TOTAL GERAL	61.925.503,21	61.925.503,21	0,00	100

Fonte: SIAFI 2025

Bens de Imóveis - Não Registrados no SPIUnet

Já os bens não registrados, correspondendo a imóveis como fóruns eleitorais, alcançam R\$ 14.677.505,64, com predominância de edificações (62,75%) e terrenos (37,25%).

COMPOSIÇÃO	DEZ/2025 (R\$)	DEZ/2024 (R\$)	AH(%)	AV(%)
EDIFÍCIOS	9.210.683,92	9.210.683,92	0,00	62,75
TERRENOS/GLEBAS	5.466.821,72	5.466.821,72	0,00	37,25
TOTAL GERAL	14.677.505,64	14.677.505,64	0,00	100

Fonte: SIAFI 2025

Essa consolidação evidencia a manutenção e estabilidade do patrimônio imobiliário, conforme dados extraídos do SIAFI em 2025.

Nota 07 - Intangível (Softwares)

Os direitos relativos a bens intangíveis, vinculados à manutenção da atividade pública ou destinados ao seu exercício, são reconhecidos ao custo de aquisição ou produção, conforme estabelecido nas normas contábeis aplicáveis ao setor público.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são apresentados pelo custo original deduzido da amortização acumulada e de eventuais perdas por desvalorização decorrentes da redução ao valor recuperável (impairment). Já os ativos com vida útil indefinida não sofrem amortização e permanecem registrados pelo valor original.

Composição dos Ativos Intangíveis (Softwares) – Exercício de 2025

COMPOSIÇÃO	DEZ/2025 (R\$)	DEZ/2024 (R\$)	AH(%)	AV(%)
SOFTWARE COM VIDA ÚTIL DEFINIDA	2.733.546,61	2.733.546,61	0,00	35,89
SOFTWARE COM VIDA ÚTIL INDEFINIDA	4.882.541,55	4.444.560,13	9,85	64,11
TOTAL BRUTO DE SOFTWARES	7.616.088,16	7.178.106,74	6,10	100,00
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	-2.733.546,61	-2.613.451,86	4,60	-35,89
VALOR CONTÁBIL LÍQUIDO	4.882.541,55	4.564.654,88	6,96	64,11

Fonte: SIAFI 2025

Em 31 de dezembro de 2025, os ativos intangíveis referentes a softwares totalizaram, em valor bruto, R\$ 7.616.088,16, representando um aumento de 6,10% em relação a dezembro de 2024 (R\$ 7.178.106,74), conforme registros do SIAFI.

Os softwares estão classificados em duas categorias:

- ✓ Softwares com vida útil definida, no montante de R\$ 2.733.546,61, correspondendo a 35,89% do total. Esses ativos possuem vida útil estimada de 36 meses e são amortizados pelo método das quotas constantes (linear).
- ✓ Softwares com vida útil indefinida, no valor de R\$ 4.882.541,55, equivalentes a 64,11% do total, não sujeitos à amortização.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

O valor contábil líquido dos softwares em 31 de dezembro de 2025 alcançou R\$ 4.882.541,55, representando um crescimento de 6,96% em relação ao exercício anterior (R\$ 4.564.654,88).

Conciliação Contábil do Ativo Intangível

A seguir, apresenta-se a movimentação do ativo intangível e sua amortização acumulada:

Intangível – Conciliação Contábil

MOVIMENTO DO INTANGÍVEL	VALOR (R\$)
SALDO INICIAL EM 01/01/2025	7.178.106,74
(+) AQUISIÇÕES - VIDA ÚTIL DEFINIDA	0,00
(+) AQUISIÇÕES - VIDA ÚTIL INDEFINIDA	437.981,42
(+) INCORPORAÇÕES	0,00
(+/-) REAVALIAÇÃO DE INTANGÍVEL	0,00
(-) BAIXAS (ANTIECONÔMICO/OBSOLESCÊNCIA)	0,00
SALDO FINAL EM 31/12/2025 (I)	7.616.088,16
MOVIMENTO DA AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	VALOR (R\$)
SALDO EM 01/01/2025	-2.613.451,86
(-) REGISTRO DA AMORTIZAÇÃO DO EXERCÍCIO	-120.094,75
(-) BAIXAS POR OBSOLESCÊNCIA OU ANTIECONOMICIDADE	0,00
SALDO FINAL EM 31/12/2025 (II)	-2.733.546,61
VALOR CONTÁBIL LÍQUIDO DO INTANGÍVEL	VALOR (R\$)
VALOR CONTÁBIL LÍQUIDO (I + II)	4.882.541,55

Fonte: SIAFI 2025

O ativo intangível apresentou saldo inicial de R\$ 7.178.106,74 em 01/01/2025. No exercício de 2025, houve aquisições exclusivamente de intangíveis com vida útil indefinida, no valor de R\$ 437.981,42, não sendo registradas incorporações, reavaliações ou baixas por obsolescência ou antieconomicidade. Em razão dessas movimentações, o saldo final do ativo intangível em 31/12/2025 totalizou R\$ 7.616.088,16.

A amortização acumulada, aplicável apenas aos intangíveis com vida útil definida, apresentou saldo inicial de R\$ 2.613.451,86 em 01/01/2025. No exercício, foi registrada amortização no valor de R\$ 120.094,75, sem ocorrência de baixas, resultando em saldo final de amortização acumulada de R\$ 2.733.546,61 em 31/12/2025.

Nota 08 - Obrigações Trab., Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo

Abrange as obrigações relacionadas a salários, remunerações e benefícios aos servidores, incluindo aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar. Também contempla benefícios assistenciais e passivos judiciais ou precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

A tabela a seguir apresenta a composição e a variação dos saldos entre os exercícios de 2024 e 2025:

GRUPO	COMPOSIÇÃO	DEZ/2025 (R\$)	DEZ/2024 (R\$)	AH(%)	AV(%)
PESSOAL A PAGAR	SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS	46.509,28	50.672,88	-8,22	100,00
	FÉRIAS A PAGAR	0,00	64.367,70	-100,00	0,00
	SUBTOTAL - PESSOAL	46.509,28	115.040,58	-59,57	100,00
ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS	INSS-CONTRIB.S/SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES	0,00	9.439,51	-100,00	0,00
	SUBTOTAL - ENCARGOS	0,00	9.439,51	-100,00	0,00
	TOTAL GERAL	46.509,28	124.480,09	-62,64	100,00

Fonte: SIAFI 2025

Em 31/12/2025, o saldo dessas obrigações foi de R\$ 46.509,28, menor que os R\$ 124.480,09 registrados em 31/12/2024, uma queda de 62,64%. Essa redução ocorreu principalmente porque as férias a pagar e as contribuições do INSS, que somavam R\$ 64.367,70 e R\$ 9.439,51 em 2024, foram totalmente quitadas em 2025. Os valores de salários, remunerações e benefícios também diminuíram 8,22% no período.

Nota 09 - Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreendem compromissos da entidade com terceiros não classificados em outros grupos do passivo circulante, com vencimento no curto prazo, incluindo depósitos, retenções e valores de terceiros.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

COMPOSIÇÃO	DEZ/2025 (R\$)	DEZ/2024 (R\$)	AH(%)	AV(%)
RETENÇÃO PREVIDENCIÁRIA - FRGPS	0,00	241.355,64	-100,00	0,00
IRRF DEVIDO AO TESOURO NACIONAL	0,00	1.442.847,16	-100,00	0,00
IMPOSTOS E CONTRIB DIVERSOS DEVIDO	0,00	603.629,81	-100,00	0,00
ISS	0,00	6.347,46	-100,00	0,00
PLANO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA	0,00	263.701,12	-100,00	0,00
PREVIDENCIA COMPLEMENTAR SERVIDOR	0,00	4.163,59	-100,00	0,00
DEPÓSITOS RETIDOS DE FORNECEDORES	1.000,00	11.030,37	-90,93	0,05
GLOSA DE ENCARGOS TRABALHISTAS	0,00	13.578,24	-100,00	0,00
DEPOSITOS E CAUCOES RECEBIDOS	15.752,81	19.087,73	-17,47	0,75
DEPOSITOS RETIDOS DE FORNECEDORES	1.628.768,14	1.549.820,67	5,09	77,50
DEPOSITOS DE TERCEIROS	455.899,27	8.796,75	5.082,59	21,69
SAQUE - CARTAO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	200,00	1.998,99	-89,99	0,01
FATURA - CARTAO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	0,00	1.087,94	-100,00	0,00
OBRIGACOES COM ENTIDADES FEDERAIS	0,00	18.107,50	-100,00	0,00
TOTAL GERAL	2.101.620,22	4.185.552,97	-49,79	100,00

Fonte: SIAFI 2025

Em 31/12/2025, o saldo dessas obrigações totalizou R\$ 2.101.620,22, representando uma redução de 49,79% em relação ao saldo de R\$ 4.185.552,97 registrado em 31/12/2024, conforme dados do SIAFI.

A redução decorreu, principalmente, da liquidação integral de obrigações tributárias e previdenciárias que apresentavam saldo relevante no exercício anterior, tais como Retenção Previdenciária (FRGPS), Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), impostos e contribuições diversos, ISS e obrigações com entidades federais, todas com saldo zerado em 2025.

Em 2025, a composição das obrigações concentrou-se, majoritariamente, em:

- ✓ Depósitos retidos de fornecedores, no valor de R\$ 1.628.768,14, correspondendo a 77,50% do total;
- ✓ Depósitos de terceiros, no montante de R\$ 455.899,27, equivalentes a 21,69% do total;
- ✓ Depósitos e cauções recebidos, que somaram R\$ 15.752,81.

Dessa forma, observa-se que o saldo remanescente em 31/12/2025 está concentrado essencialmente em valores de natureza transitória, vinculados a depósitos e retenções, evidenciando redução significativa das obrigações de caráter tributário e previdenciário em relação ao exercício anterior.

Os depósitos retidos de fornecedores, totalizando R\$ 1.000,00 em 31/12/2025, são detalhados a seguir:

Depósitos Retidos de Fornecedores – Composição

FORNecedor/PROCESSO	VALOR (R\$)
JC COMERCIO VAREJISTA DE EQUIPAMENTOS PARA ESCRITOR - CNPJ 47452287000154 - PROC. 0001123-34.2024.6.22.8000	1.000,00
TOTAL GERAL	1.000,00

Fonte: SIAFI 2025

Nota 10 - Ajustes de Exercícios Anteriores

Os Ajustes de Exercícios Anteriores registrados em dezembro de 2025 referem-se a reconhecimentos, reclassificações e baixas decorrentes de fatos geradores ocorridos em exercícios anteriores, conforme detalhado a seguir:

COMPOSIÇÃO DOS AJUSTES - DEZ/2025	VALOR (R\$)
RECONHECIMENTO DE DÍVIDAS COM FORNECEDORES	30.815,42
RECONHECIMENTO DESPESAS COM PESSOAL	24.968,98
RECONHECIMENTO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	1.175,06
RECONHECIMENTO DE DESPESAS COM CUMPRIMENTO DE MANDADOS	124,40
REGULARIZAÇÃO DE PENDÊNCIAS JUNTO À RFB	19.217,07
INCORPORAÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO (AJUSTE DE INVENTÁRIO - ANO-BASE 2024)	-106.119,58
RECLASSIFICAÇÃO DE CRÉDITOS A RECEBER - DÉBITO DE TERCEIROS (ELEIÇÕES 2024)	1.500,00
DESPESAS EXTRAORÇAMENTÁRIAS COM AMORTIZAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS	120.094,75
BAIXA DE VPD - LIQUIDAÇÃO DE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.917.348,65
SUBTOTAL - CONTA 2.3.7.1.1.03.00	3.009.124,75
OUTROS AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	
CONTA - DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
2.3.7.1.2.03.00 - BAIXA DE VPD - FATOS GERADORES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	23.275,78
2.3.7.1.4.03.00 - BAIXA DE VPD - FATOS GERADORES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	18.273,38
2.3.7.1.5.03.00 - BAIXA DE VPD - FATOS GERADORES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	50.072,80
SUBTOTAL	91.621,96
VALOR TOTAL DOS AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.100.746,71

Fonte: SIAFI 2025



Os ajustes refletem, majoritariamente, a baixa de Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) relacionadas à liquidação de despesas de exercícios anteriores, bem como regularizações contábeis e fiscais, reclassificações patrimoniais e ajustes decorrentes de inventário de bens.

Nota 11 – Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido é formado principalmente pelo resultado do exercício e pelos resultados e ajustes de exercícios anteriores. Os resultados acumulados representam a soma do resultado atual com os de exercícios passados que compõem o Patrimônio Líquido da entidade pública.

COMPOSIÇÃO	DEZ/2025 (R\$)	DEZ/2024 (R\$)	AH(%)	AV(%)
DEMAIS RESERVAS (RESERVA DE REAVALIAÇÃO)	48.273.740,96	48.273.740,96	0,00	25,99
REAVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	48.273.740,96	48.273.740,96	0,00	25,99
RESULTADOS ACUMULADOS	137.483.956,36	92.398.969,96	48,79	74,01
RESULTADO DO EXERCÍCIO	48.185.733,11	13.976.822,49	244,75	25,94
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	92.398.969,96	81.662.636,66	13,15	49,74
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-3.100.746,71	-3.240.489,19	-4,31	-1,67
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	185.757.697,32	140.672.710,92	32,05	100,00

Fonte: SIAFI 2025

Em 31/12/2025, o Patrimônio Líquido totalizou R\$ 185.757.697,32, com crescimento de 32,05% em relação a 2024. Esse aumento decorreu, principalmente, do resultado do exercício de 2025, no valor de R\$ 48.185.733,11, e da evolução dos resultados acumulados, que alcançaram R\$ 137.483.956,36.

A composição do Patrimônio Líquido concentra-se nos resultados acumulados (74,01%) e na reserva de reavaliação de bens imóveis (25,99%), que permaneceu estável em relação ao exercício anterior.

Nota 12 - Saldos dos Atos Potenciais Passivos

Os atos potenciais passivos evidenciam compromissos assumidos pela entidade que não impactam o patrimônio de forma imediata, mas que poderão gerar efeitos futuros, decorrentes principalmente de contratos administrativos.

A seguir, apresenta-se a tabela que classifica essas obrigações segundo a natureza dos respectivos contratos.

COMPOSIÇÃO	DEZ/2025 (R\$)	DEZ/2024 (R\$)	AH(%)	AV(%)
SEGUROS	55.484,74	67.000,00	-17,19	0,06
SERVIÇOS	88.386.203,96	67.511.368,27	30,92	96,56
FORNECIMENTO DE BENS	3.093.608,89	2.233.104,90	38,53	3,38
TOTAL GERAL	91.535.297,59	69.811.473,17	31,12	100,00

Fonte: SIAFI 2025

Em 31/12/2025, o saldo desses atos totalizou R\$ 91.535.297,59, representando um aumento de 31,12% em relação a 31/12/2024, quando somava R\$ 69.811.473,17, conforme registros do SIAFI.

A composição em 2025 está fortemente concentrada em contratos de prestação de serviços, que alcançaram R\$ 88.386.203,96, correspondendo a 96,56% do total e apresentando crescimento de 30,92% em relação ao exercício anterior. Esse aumento reflete a manutenção e ampliação de contratos essenciais à continuidade das atividades institucionais.

Dessa forma, observa-se que os atos potenciais passivos permanecem majoritariamente vinculados a contratos de serviços, mantendo perfil semelhante ao do exercício anterior, porém com expansão do volume contratado em 2025.

Nota 13 – Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro

O Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro evidencia o resultado financeiro do exercício, apurado pela diferença entre o ativo e passivo financeiros, segregado por fonte/destinação de recursos, conforme dispõe a legislação aplicável. O objetivo do demonstrativo é evidenciar a disponibilidade ou insuficiência de recursos para o cumprimento das obrigações assumidas, inclusive Restos a Pagar não Processados.

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO (R\$)
Recursos Não Vinculados	2.662.449,41
Recursos Vinculados	134.800,30
Previdência Social (RPPS)	0,00
Fundos, Órgãos e Programas	134.800,30
TOTAL	2.797.249,71

Fonte: SIAFI 2025

No encerramento do exercício de 2025, o resultado financeiro apurado apresentou superávit financeiro total de R\$ 2.797.249,71, assim distribuído:

- ✓ Recursos Não Vinculados: R\$ 2.662.449,41



✓ Recursos Vinculados: R\$ 134.800,30

No âmbito dos Recursos Vinculados, não houve superávit relacionado à Previdência Social (RPPS). O valor registrado refere-se integralmente a Fundos, Órgãos e Programas, no montante de R\$ 134.800,30.

Os saldos apurados estão em conformidade com a conta contábil 821110000 – Disponibilidade por Destinação de Recursos a Utilizar, conforme detalhamento a seguir:

- ✓ Recursos Livres da União: R\$ 2.662.449,41
- ✓ Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça: R\$ 64.590,30
- ✓ Recursos Próprios Livres da UO – TRE/RO: R\$ 70.210,00

A soma dos recursos vinculados (R\$ 64.590,30 + R\$ 70.210,00) totaliza R\$ 134.800,30, conciliando integralmente com o valor demonstrado no quadro do superávit financeiro.

Dessa forma, os saldos evidenciam a adequada apuração das disponibilidades financeiras por destinação de recursos, conforme registros extraídos do SIAFI – Exercício 2025, refletindo a capacidade financeira da entidade ao final do exercício.

Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações ocorridas no patrimônio, decorrentes ou não da execução orçamentária, e apresenta o resultado patrimonial do exercício, apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas.

Variações Patrimoniais Aumentativas

Representam o total das variações patrimoniais aumentativas relacionadas às operações financeiras. Compreende o aumento no benefício econômico durante o período contábil, por meio da entrada de recursos, do aumento de ativos ou da diminuição de passivos, resultando em crescimento do patrimônio líquido.

Nota 14 - Transferências e Delegações Recebidas

Este grupo compreende as variações patrimoniais aumentativas decorrentes de transferências intergovernamentais e intragovernamentais, bem como de repasses destinados ao pagamento de Restos a Pagar, doações e outras movimentações patrimoniais.

COMPOSIÇÃO	DEZ/2025 (R\$)	DEZ/2024 (R\$)	AH(%)	AV(%)
SUB-REPASSE RECEBIDO	151.400.752,99	136.306.656,01	11,07	87,43
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA PGTO DE RP	21.044.931,16	5.134.915,47	309,84	12,15
MOVIMENTACOES DE SALDOS PATRIMONIAIS	72.573,24	118.539,28	-38,78	0,04
MOVIMENTACOES DE VARIACAO PATRIM. AUMENTATIVA	153.762,56	185.248,38	-17,00	0,09
DOACOES/TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	497.166,30	37.858,24	1.213,23	0,29
TOTAL GERAL	173.169.186,25	141.783.217,38	22,14	100,00

Fonte: SIAFI 2025

Em 31/12/2025, o Tribunal registrou o total de R\$ 173.169.186,25, representando um aumento de 22,14% em relação a 31/12/2024, quando o montante foi de R\$ 141.783.217,38.

O principal componente foi o Sub-repasse Recebido, no valor de R\$ 151.400.752,99, equivalente a 87,43% do total, referente a recursos descentralizados pelo Tribunal Superior Eleitoral para a manutenção das atividades do Tribunal. Em comparação com 2024 (R\$ 136.306.656,01), observou-se crescimento de 11,07%.

As Transferências Recebidas para Pagamento de Restos a Pagar totalizaram R\$ 21.044.931,16, correspondendo a 12,15% do total, com aumento de 309,84% em relação a 2024 (R\$ 5.134.915,47), destinadas à quitação de obrigações de exercícios anteriores.

As demais rubricas apresentaram participação pouco relevante, somando R\$ 723.502,10, o que representa 0,42% do total registrado no exercício.

Nota 15 - Valorização e ganhos com ativos e desincorporação de passivos

Esta rubrica evidencia as variações patrimoniais aumentativas decorrentes da incorporação e valorização de ativos, bem como da desincorporação de passivos.

Em 31/12/2025, o montante registrado foi de R\$ 839.306,00, representando aumento de 14,05% em relação ao exercício de 2024, quando totalizou R\$ 735.902,15.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

COMPOSIÇÃO	DEZ/2025 (R\$)	DEZ/2024 (R\$)	AH(%)	AV(%)
OUTROS GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVO	833.631,78	733.066,35	13,72	99,32
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	5.674,22	2.835,80	100,09	0,68
TOTAL GERAL	839.306,00	735.902,15	14,05	100,00

Fonte: SIAFI 2025

O principal componente corresponde a Outros Ganhos com Incorporação de Ativo, no valor de R\$ 833.631,78, equivalente a 99,32% do total, decorrente principalmente da incorporação de 3.000 unidades de mídia de aplicação UE2022, no valor de R\$ 820.560,00, e da reincorporação de bens móveis, no montante de R\$ 13.071,78.

Nota 16 - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Esta rubrica compreende o somatório das variações patrimoniais aumentativas não incluídas nos grupos anteriores, tais como multas administrativas, indenizações, restituições, entre outras.

Em 31/12/2025, o saldo apresentado pelo Tribunal foi de R\$ 1.771.607,57, representando uma redução de 22,60% em relação a 2024 (R\$ 2.288.955,18).

COMPOSIÇÃO	DEZ/2025 (R\$)	DEZ/2024 (R\$)	AH(%)	AV(%)
MULTAS ADMINISTRATIVAS	831.766,20	629.170,45	32,20	59,59
INDENIZAÇÕES	4.016,73	4.304,39	-6,68	0,29
RESTITUIÇÕES	136.725,29	150.099,07	-8,91	9,79
VPA DECORRENTE DE FATORES GERADORES DIVERSOS	423.411,47	988.033,66	-57,15	30,33
TOTAL GERAL	1.395.919,69	1.771.607,57	-21,21	100,00

Fonte: SIAFI 2025

Em 31/12/2025, as Outras Variações Patrimoniais Aumentativas totalizaram R\$ 1.395.919,69, representando uma redução de 21,21% em relação a 2024 (R\$ 1.771.607,57).

A queda foi influenciada, principalmente, pela diminuição das Variações Patrimoniais Aumentativas decorrentes de Fatores Geradores Diversos, que recuaram 57,15%, apesar do crescimento de 32,20% nas Multas Administrativas, que permaneceram como o principal componente da rubrica, respondendo por 59,59% do total em 2025.

Variações Patrimoniais Diminutivas

Esta conta compreende o total das desvalorizações e das baixas de ativos, como a desincorporação de ativos inservíveis, além de outros eventos e ajustes relacionados à devolução de valores ou às perdas de ativos sob controle do órgão.

Nota 17 - Pessoal e Encargos

Esta rubrica compreende a remuneração do pessoal ativo, incluindo o somatório das variações patrimoniais diminutivas relativas a vencimentos e vantagens pecuniárias fixas ou variáveis previstas em lei, decorrentes do efetivo exercício de cargos, empregos ou funções de confiança no setor público. Abrange também as variações patrimoniais diminutivas relacionadas a contratos de terceirização de mão de obra que substituem servidores e empregados públicos, bem como as obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, contribuições a entidades fechadas de previdência e benefícios eventuais ao pessoal civil.

GRUPO	COMPOSIÇÃO	DEZ/2025 (R\$)	DEZ/2024 (R\$)	AH(%)	AV(%)
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	VENCIMENTOS E SALÁRIOS	13.206.127,34	18.161.347,63	-27,28	17,62
	ABONOS	390.507,79	368.740,89	5,90	0,52
	ADICIONAIS	208.208,91	207.197,07	0,49	0,28
	GRATIFICAÇÕES	35.022.083,00	33.107.054,46	5,78	46,73
	FÉRIAS RPPS	5.332.074,27	4.806.734,49	10,93	7,11
	13º SALÁRIO RPPS	3.945.743,33	3.776.099,48	4,49	5,26
	VENCIMENTOS E SALÁRIOS	68.716,14	136.819,67	-49,78	0,09
	GRATIFICAÇÕES	378.188,94	512.227,05	-26,17	0,50
	FÉRIAS RGPS	31.231,21	449.304,16	-93,05	0,04
	13º SALÁRIO RGPS	21.126,96	20.610,92	2,50	0,03
	SUBTOTAL	58.604.007,89	61.546.135,82	-4,78	78,19
ENCARGOS PATRONAIS	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O RPPS	8.176.973,90	7.861.009,75	4,02	10,49
	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS	96.669,51	139.478,52	-30,69	0,13
	COMPLEMENTAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	646.890,81	568.672,42	13,75	0,86
	SUBTOTAL	8.920.534,22	8.569.160,69	4,10	11,90
BENEFÍCIOS A PESSOAL	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO - RPPS	4.958.828,70	3.883.538,75	27,69	6,62
	AUXÍLIO CRECHE - RPPS	708.024,95	747.860,61	-5,33	0,94
	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO - RGPS	304.626,00	227.416,15	33,95	0,41
	AUXÍLIO CRECHE - RGPS	42.967,20	58.917,49	-27,07	0,06
	SUBTOTAL	6.014.446,85	4.917.733,00	22,30	8,02
OUTRAS VPD - PESSOAL E ENCARGOS	REQUISITADO DE OUTROS ÓRGÃOS - UNIÃO	207.078,67	197.467,22	4,87	0,28



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

REQUISITADO DE OUTROS ÓRGÃOS - ESTADO	852.990,85	788.123,77	8,23	1,14
REQUISITADO DE OUTROS ÓRGÃOS - MUNICÍPIOS	351.622,12	219.785,78	59,98	0,47
SUBTOTAL	1.411.691,64	1.205.376,77	17,12	1,88
TOTAL GERAL	74.950.680,60	76.238.406,28	-1,69	100,00

Fonte: SIAFI 2025

Em 31/12/2025, as despesas com Pessoal e Encargos totalizaram R\$ 74.950.680,60, apresentando redução de 1,69% em relação a 2024. A Remuneração a Pessoal permaneceu como o principal componente (78,19% do total), apesar da queda de 4,78%. Os Encargos Patronais cresceram 4,10%, enquanto os Benefícios a Pessoal registraram aumento de 22,30%, impulsionado principalmente pelo Auxílio-Alimentação.

Nota 18 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais

Esta rubrica compreende as variações patrimoniais diminutivas relacionadas a aposentadorias, pensões e demais benefícios previdenciários contributivos, vinculados aos regimes RPPS e RGPS.

GRUPO	COMPOSIÇÃO	DEZ/2025 (R\$)	DEZ/2024 (R\$)	AH(%)	AV(%)
APOSENTADORIAS E REFORMAS	PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	7.153.970,14	7.314.788,24	-2,20	53,50
	APOSENTADORIAS PENDENTES DE APROVAÇÃO	3.742.949,93	3.393.381,09	10,30	27,99
	GRAFICAÇÕES	288.393,17	265.276,00	8,71	2,16
PENSÕES	13 SALARIO - PESSOAL CIVIL16/91	606.131,54	0,00	0,00	4,53
	PENSÕES CIVIS	1.476.362,72	1.387.185,03	6,43	11,04
	13 SALARIO - PESSOAL CIVIL - PENSIONISTAS	92.216,00	0,00	0,00	0,69
OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	AUXILIO NATALIDADE	2.155,74	2.155,74	0,00	0,02
	ASSISTÊNCIA A SAÚDE	9.700,60	1.188,41	716,27	0,07
	TOTAL GERAL	13.371.879,84	12.363.974,51	8,15	100,00

Fonte: SIAFI 2025

Em 31/12/2025, as despesas com Benefícios Previdenciários e Assistenciais totalizaram R\$ 13.371.879,84, representando aumento de 8,15% em relação a 2024 (R\$ 12.363.974,51).

A maior parcela correspondeu às Aposentadorias e Reformas, que somaram R\$ 11.791.444,78, equivalentes a 88,18% do total, com destaque para o crescimento das Aposentadorias Pendentes de Aprovação (10,30%) e para o registro de 13º salário de aposentados, inexistente no exercício anterior.

As Pensões alcançaram R\$ 1.568.578,72, apresentando crescimento de 6,43%, enquanto os Outros Benefícios Assistenciais mantiveram participação pouco representativa no total, apesar do aumento pontual nas despesas com Assistência à Saúde.

Nota 19 - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Esta rubrica registra as variações patrimoniais diminutivas relacionadas à manutenção e operação da atividade institucional, excluídas as despesas com pessoal e encargos.

COMPOSIÇÃO	DEZ/2025 (R\$)	DEZ/2024 (R\$)	AH(%)	AV(%)
USO DE MATERIAIS DE CONSUMO	1.306.957,07	4.100.913,98	-68,13	3,57
SERVICOS	30.531.763,39	29.882.257,30	2,17	83,32
DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	4.803.526,82	3.685.699,77	30,33	13,11
TOTAL	36.642.247,28	37.668.871,05	-2,73	100,00

Fonte: SIAFI 2025

Em 31/12/2025, as despesas totalizaram R\$ 36.642.247,28, representando redução de 2,73% em relação a 2024 (R\$ 37.668.871,05). Ressalta-se que o exercício de 2025 não correspondeu a ano eleitoral, o que contribuiu para um menor nível de gastos operacionais, especialmente com materiais de consumo.

Os Serviços permaneceram como o principal componente da rubrica, totalizando R\$ 30.531.763,39, o que corresponde a 83,32% do total, com leve crescimento de 2,17%:

GRUPO	COMPOSIÇÃO	DEZ/2025 (R\$)	DEZ/2024 (R\$)	AH(%)	AV(%)
DIÁRIAS	DIÁRIAS	1.316.012,38	2.351.110,97	-44,03	4,31
	SUBTOTAL	1.316.012,38	2.351.110,97	-44,03	4,31
SERVICOS TERCEIROS - PF	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	81.885,49	72.810,58	12,46	0,27
	SERV. DE APOIO ADM., TECNICO E OPERACIONAO - PF	2.266.636,34	0,00	0,00	7,42
	SERV. COMUNICACAO, GRAFICOS E AUDIOVISUAL-PF	2.908,00	1.520,00	91,32	0,01
	LOCACOES E ARRENDAMENTOS - PF	0,00	0,00	0,00	0,00
	SERVICOS PRESTADOS DIVERSOS - PF	16.261,00	18.063,96	-9,98	0,05
	SUBTOTAL	2.367.690,83	92.394,54	2.462,59	7,75
SERVICOS TERCEIROS - PJ	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	7.291.416,85	6.597.316,29	10,52	23,88
	SERVICOS DE APOIO ADM, TECNICO E OPERACIONAL	13.645.179,98	16.334.418,47	-16,46	44,69
	SERVICOS COMUNICACAO, GRAFICO E AUDIOVISUAL	1.792.597,25	557.613,05	221,48	5,87
	SERV.TRASP.,PASSAGEM,LOCOMOCAO E HOSPED. -PJ	611.748,89	805.899,47	-24,09	2,00
	SERV.AGUA E ESGOTO,ENER.ELETR.,GAS E OUTR.-PJ	904.628,48	1.071.624,09	-15,58	2,96



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

LOCACAO E ARRENDAMENTO MERCANTIL				
OPERACIONAL	2.412.032,76	1.916.175,17	25,88	7,90
SERVICOS EDUCACIONAIS E CULTURAIS -PJ	78.782,09	95.056,67	-17,12	0,26
FORNECIMENTO DE ALIMENTACAO	0,00	140,00	-100,00	0,00
SEGUROS EM GERAL	88.019,27	55.206,51	59,44	0,29
SERVICOS PRESTADOS DIVERSOS - PJ	21.448,33	4.855,65	341,72	0,07
SERV.COMUNICAC.,GRAFICOS E AUDIOVIS.-PJ-INTRA	2.206,28	446,42	394,22	0,01
SUBTOTAL	26.848.060,18	27.438.751,79	-2,15	87,93
TOTAL GERAL	30.531.763,39	29.882.257,30	2,17	100,00

Fonte: SIAFI 2025

Ressalta-se que o exercício de 2025 não correspondeu a ano eleitoral, não havendo, portanto, impacto de despesas decorrentes de atividades eleitorais. A variação observada decorreu, principalmente, do aumento em Serviços Técnicos Profissionais e em Serviços de Comunicação, Gráficos e Audiovisuais, parcialmente compensado pela redução nas despesas com diárias (-44,03%) e nos serviços de apoio administrativo, técnico e operacional.

Os Serviços prestados por pessoas jurídicas permaneceram como o principal componente da rubrica, representando 87,93% do total das despesas no exercício.

Nota 20 - Transferências e Delegações Concedidas

Esta rubrica compreende as variações patrimoniais diminutivas decorrentes de transferências e delegações concedidas, incluindo transferências intergovernamentais, intragovernamentais e doações.

GRUPO	COMPOSIÇÃO	DEZ/2025 (R\$)	DEZ/2024 (R\$)	AH(%)	AV(%)
TRANSFERENCIAS CONCED. PARA A EXEC. ORÇ. INTR TRANSF. CONCEDIDAS INDEP. DE EXC. ORÇ. INT. O TRANSFERENCIAS INTER GOVERNAMENTAIS OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	REPASSE CONCEDIDO	0,00	2.701,00	-100,00	0,00
	MOVIMENTO DE SALDOS PATRIMONIAIS	1.426.142,83	1.903.147,74	-25,06	73,46
	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS	0,00	1.000.000,00	-100,00	0,00
	DOACOES/TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	42.870,16	74.778,96	-42,67	2,21
	DOACOES/TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	447.449,40	957,13	46.649,07	23,05
	DOACOES/TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	9.045,83	13.974,02	-35,27	0,47
	DOACOES/TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	16.006,21	3.033,73	427,61	0,82
	TOTAL GERAL	1.941.514,43	2.998.592,58	-35,25	100,00

Fonte: SIAFI 2025

Em 31/12/2025, as despesas totalizaram R\$ 1.941.514,43, representando redução de 35,25% em relação a 2024 (R\$ 2.998.592,58).

A diminuição observada decorreu, principalmente, da redução nos movimentos de saldos patrimoniais e da inexistência de transferências voluntárias intergovernamentais no exercício, que haviam sido registradas em 2024. As despesas concentraram-se majoritariamente em transferências concedidas independentemente da execução orçamentária, que responderam por 73,46% do total.

Nota 21 - Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

Esta rubrica compreende as variações patrimoniais diminutivas decorrentes da desvalorização e perda de ativos, incluindo perdas involuntárias e desincorporação de bens, bem como da incorporação de passivos.

Os valores desse grupo estão detalhados na tabela a seguir.

COMPOSIÇÃO	DEZ/2025 (R\$)	DEZ/2024 (R\$)	AH(%)	AV(%)
REAVALIAÇÃO DE BENS MOVEIS	7.012,00	0,0	0,00	2,93
PERDAS INVOLUNTÁRIAS DE BENS MÓVEIS	10.724,67	145,12	7.290,21	4,48
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	221.684,75	958.113,80	-76,86	92,59
TOTAL GERAL	239.421,42	958.258,92	-75,01	100,00

Fonte: SIAFI 2025

Em 31/12/2025, o total registrado foi de R\$ 239.421,42, representando redução de 75,01% em relação a 2024 (R\$ 958.258,92).

A diminuição deve-se principalmente à redução na desincorporação de ativos, que passou de R\$ 958.113,80 em 2024 para R\$ 221.684,75 em 2025, enquanto as perdas involuntárias e reavaliações de bens móveis representaram parcela menor do total.

Nota 22 - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

Esta rubrica compreende as variações patrimoniais diminutivas não incluídas nos grupos anteriores, como indenizações, restituições e premiações.

A tabela a seguir apresenta o detalhamento desse grupo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

GRUPO	COMPOSIÇÃO	DEZ/2025 (R\$)	DEZ/2024 (R\$)	AH(%)	AV(%)
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	INDENIZAÇÕES	43.819,91	24.703,70	77,38	100,00
	RESTITUIÇÕES	0,00	1.877,29	-100,00	0,00
PREMIAÇÕES	PREMIACOES CULTURAIS	0,00	7.573,00	-100,00	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES - INTER ESTADO	INDENIZAÇÕES	0,00	3.970,72	-100,00	0,00
	TOTAL GERAL	43.819,91	38.124,71	14,94	100,00

Em 31/12/2025, o total registrado foi de R\$ 43.819,91, representando aumento de 14,94% em relação a 2024 (R\$ 38.124,71), decorrente principalmente do pagamento de indenizações relativas à execução de mandados judiciais cumpridos. Restituições e premiações culturais não registraram despesas no exercício.

Nota 23 – Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário (BO) é uma das demonstrações contábeis obrigatórias da Administração Pública, conforme estabelece o art. 102 da Lei nº 4.320/1964. Ele evidencia, de forma comparativa, as receitas e despesas previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA) e aquelas efetivamente realizadas durante o exercício financeiro.

De acordo com a NBC TSP 11, que altera a NBC T 16.6 (R1), o Balanço Orçamentário deve apresentar o resultado orçamentário do exercício, demonstrando o confronto entre o orçamento inicialmente fixado e as alterações ocorridas ao longo do ano. Dessa forma, integra os processos de planejamento, execução e controle da gestão pública.

Para o exercício de 2025, o orçamento do TRE-RO foi fixado pela Lei nº 15.121/2025, publicada no Diário Oficial da União em 10 de abril de 2025. O demonstrativo foi elaborado pelo regime misto, no qual as receitas são reconhecidas quando arrecadadas e as despesas no momento do empenho, conforme previsto no art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

O Balanço Orçamentário apresenta os seguintes componentes principais:

- ✓ Receitas: classificadas por categoria econômica (correntes e de capital) e por origem, com os valores de previsão inicial, previsão atualizada, receita realizada e saldo de arrecadação, que indica excesso ou insuficiência de receitas;
- ✓ Despesas: demonstradas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, com a indicação da dotação inicial, dotação atualizada, despesas empenhadas, liquidadas, pagas e do saldo da dotação disponível.

O demonstrativo inclui, ainda, a execução orçamentária decorrente das provisões de créditos descentralizados recebidos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), principal fonte de financiamento das ações do TRE-RO, uma vez que a Unidade Orçamentária não arrecada receitas próprias.

Além disso, a execução compreende os restos a pagar de exercícios anteriores, que, quando liquidados e reinscritos, são contabilizados como restos a pagar processados, sem controle segregado específico, conforme prática operacional padronizada no SIAFI.

O Balanço Orçamentário refere-se ao exercício financeiro de 2025 e compreende o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro, em conformidade com a natureza anual do orçamento público, nos termos do artigo 2º da Lei nº 4.320/1964.

Receitas Orçamentárias e Receitas Realizadas

Na seção de Receita do Balanço Orçamentário, as colunas "Previsão Inicial" e "Previsão Atualizada" apresentam valores zerados, pois não houve previsão de receitas na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025 para a Unidade Orçamentária 14122 – Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia. Isso ocorre porque os recursos destinados às despesas do órgão provêm exclusivamente de transferências financeiras do Tesouro Nacional, gerenciadas por programação centralizada.

O valor registrado na linha "Déficit", na coluna "Receitas Realizadas", de R\$ 152.595.939,89, representa o resultado negativo obtido do confronto entre as receitas efetivamente realizadas (zero) e as despesas empenhadas ao longo do exercício. Esse déficit é característico de órgãos que não arrecadam receitas próprias, como os Tribunais Eleitorais, que realizam despesas com recursos transferidos.

Portanto, o déficit apresentado no Balanço Orçamentário não indica desequilíbrio fiscal, mas reflete a dependência do órgão em relação aos recursos repassados pela União. O valor apresentado na coluna "Saldo" da receita, também de R\$ 152.595.939,89, confirma a inexistência de receita própria no exercício.

Quanto aos créditos adicionais, o Balanço evidencia alterações na programação orçamentária, com abertura e cancelamento de créditos registrados no sistema SIAFI, conforme segue:

- ✓ Créditos adicionais abertos/acréscimos: R\$ 16.577.083,00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

- ✓ Créditos cancelados/decréscimos: R\$ (1.519.232,00)
- ✓ Resultado líquido das alterações orçamentárias: R\$ 15.057.851,00

Esse saldo líquido está refletido na coluna "Previsão Atualizada" e na linha "Créditos Adicionais Abertos" do Balanço Orçamentário.

Despesas Orçamentárias

De acordo com o artigo 35 da Lei nº 4.320/1964, considera-se despesa orçamentária realizada/executada aquela que foi empenhada e não cancelada até o final do exercício. Assim, para efeitos de execução orçamentária, os valores empenhados pela Unidade Orçamentária 14122 – Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE/RO) refletem a despesa efetivamente realizada no ano de 2025.

Programação da Despesa - por Função, Subfunção e Ação Orçamentária

No Balanço Orçamentário, a coluna "Dotação Atualizada" corresponde à soma da Dotação Inicial com os créditos adicionais recebidos ao longo do exercício financeiro.

No ano de 2025, o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO) recebeu créditos adicionais no valor de R\$ 15.057.851,00, elevando a dotação inicial de R\$ 134.737.717,00 para uma dotação atualizada de R\$ 149.795.568,00.

Quadro 1 – Programação da Despesa - por função e subfunção

Função Governo		Subfunção Governo		Ação Orçamentária	Grupo Despesa	Dotação Inicial (R\$)	Movimentação de Créditos (Acréscimos/Decréscimos) (R\$)	Dotação Atualizada (R\$)	AV(%)
28	Encargos Especiais	846	Outros Encargos Especiais	0056	1	325.000,00	203.870,00	528.870,00	0,35
02	Judiciária	122	Administração Geral	20TP, 159L, 20GP	1, 3, 4	104.149.708,00	12.212.682,00	116.362.390,00	77,68
		331	Proteção e Benefícios ao Trabalhador	2004, 212B	3	9.962.846,00	1.680.307,00	11.643.153,00	7,77
		846	Outros Encargos Especiais	09HB	1	7.969.624,00	395.010,00	8.364.634,00	5,58
09	Previdência Social	272	Previdência do Regime Estatutário	181	1	12.330.539,00	565.982,00	12.896.521,00	8,61
Total						134.737.717,00	15.057.851,00	149.795.568,00	100,00

Fonte: SIAFI 2025

A maior parte das despesas está concentrada na função "Judiciária", especialmente na subfunção "Administração Geral", cuja dotação atualizada atingiu R\$ 116.362.390,00, equivalente a 77,68% do total. Esta subfunção abrange as seguintes ações orçamentárias:

- ✓ Pagamento de pessoal ativo (ação 20TP);
- ✓ Construção do Edifício Sede do TRE/RO (ação 159L);
- ✓ Atividades de julgamento e gestão administrativa na Justiça Eleitoral – orçamento ordinário – despesas discricionárias (ação 20GP).

Essa distribuição evidencia o foco da execução orçamentária em ações voltadas à manutenção institucional, pagamentos de pessoal, encargos sociais e benefícios obrigatórios.

Créditos Adicionais - por Função, Subfunção e Ação Orçamentária

Durante o exercício de 2025, foram autorizados créditos adicionais na modalidade de dotação suplementar, totalizando R\$ 16.577.083,00, conforme registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). Houve cancelamentos/remanejamentos de dotações autorizados no período no montante de R\$ 1.519.232,00.

Os créditos adicionais foram destinados ao reforço de dotações orçamentárias já existentes, com o objetivo de assegurar a continuidade das ações administrativas, garantir o cumprimento de obrigações legais e atender às demandas operacionais da Justiça Eleitoral.



A seguir, apresenta-se a distribuição dos créditos adicionais por função, subfunção e ação orçamentária:

Quadro 2 - Créditos Adicionais - por função e subfunção

Função Governo	Subfunção Governo	Ação Orçamentária	Grupo Despesa	Dotação Suplementar (R\$)	Dotação Cancelada/Remanejada (R\$)	Saldo da Movimentação de Créditos (R\$)	AV(%)
28 Encargos Especiais	846 Outros Encargos Especiais	00S6	1	260.169,00	(56.299,00)	203.870,00	1,35
02 Judiciária	122 Administração Geral	20TP, 159L, 20GP	1, 3, 4	13.467.541,00	(1.254.859,00)	12.212.682,00	81,11
	331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador	2004, 212B	3	1.680.307,00	0,00	1.680.307,00	11,16
	846 Outros Encargos Especiais	09HB	1	496.578,00	(101.568,00)	395.010,00	2,62
09 Previdência Social	272 Previdência do Regime Estatutário	181	1	672.488,00	(106.506,00)	565.982,00	3,76
Total				16.577.083,00	(1.519.232,00)	15.057.851,00	100,00

Fonte: SIAFI 2025

Os créditos adicionais foram aplicados prioritariamente nas seguintes ações orçamentárias:

- ✓ 00S6 – Benefício Especial e complementações de aposentadorias;
- ✓ 20TP – Ativos Cíveis da União (pagamento de pessoal ativo);
- ✓ 159L - Construção do Edifício - Sede do TRE/RO
- ✓ 20GP – Julgamento de causas e gestão administrativa na Justiça Eleitoral (despesas discricionárias);
- ✓ 2004 – Assistência médica e odontológica;
- ✓ 212B – Benefícios obrigatórios aos servidores;
- ✓ 09HB - Contribuição da União para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais
- ✓ 0181 – Aposentadorias e Pensões Cíveis da União.

Destaca-se que a maior parcela dos recursos (81,11%) foi destinada às ações relacionadas à administração geral e julgamento de causas (20TP, 159L e 20GP), evidenciando o foco institucional na manutenção e no funcionamento da estrutura administrativa e judiciária do Tribunal.

Créditos Recebidos por Descentralização

O Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia executa despesas orçamentárias – compreendendo empenhos, liquidações e pagamentos - com recursos provenientes de créditos descentralizados, isto é, valores transferidos por outras unidades orçamentárias do Poder Judiciário, conforme previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA).

No exercício de 2025, o TRE-RO recebeu o montante de R\$ 4.060.623,78 em créditos descentralizados, integralmente na modalidade de provisão, não havendo registro de créditos recebidos por destaques no período.

A seguir, apresenta-se a distribuição desses recursos por unidade repassadora, plano orçamentário, ação orçamentária e grupo de despesa – Grupo 3 (Outras Despesas Correntes) e Grupo 4 (Investimentos):

Quadro 3 - Créditos Recebidos por Descentralização

Unidade Responsável	Plano Orçamentário	Ação Orçamentária	Grupo Despesa	Provisão Recebida (R\$)	AV(%)
14101 Tribunal Superior Eleitoral	Manutenção preventiva de urnas	4269	3	292.786,00	7,21
	Segurança da informação e cibernética na Justiça Eleitoral	21EE	4	437.416,26	10,77
	Segurança da informação e cibernética na Justiça Eleitoral	21EE	3	1.321.504,00	32,54
	Implantação do sistema de automação de identificação do eleitor	7832	4	1.583.632,00	39,00
	Implantação do sistema de automação de identificação do eleitor	7832	3	421.000,00	10,37
14126 Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins	Capacitação de Recursos Humanos	20GP	3	4.285,52	0,11
Total				4.060.623,78	100,00

Fonte: SIAFI 2025

Quanto às provisões recebidas por meio de descentralização de créditos, no exercício de 2025, o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO) registrou o montante total de R\$ 4.060.623,78, contabilizado na conta 5.2.2.2.101.00 – Provisão Recebida.

Desse total, R\$ 4.056.338,26 (99,89%) referem-se a créditos descentralizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) – Unidade Orçamentária 14101, destinados predominantemente ao custeio das seguintes ações:

- ✓ Implantação do sistema de automação de identificação do eleitor, no valor de R\$ 2.004.632,00, correspondente a 49,37% do total das provisões recebidas;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

- ✓ Ações de segurança da informação e cibernética no âmbito da Justiça Eleitoral, no montante de R\$ 1.758.920,26, equivalente a 43,31%;
- ✓ Manutenção preventiva de urnas eletrônicas, no valor de R\$ 292.786,00, representando 7,21%.

Adicionalmente, de forma excepcional, o TRE-RO recebeu descentralização de crédito no valor de R\$ 4.285,52 (0,11%), proveniente do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins (TRE-TO) – Unidade Orçamentária 14126, destinada ao custeio de despesas relacionadas à capacitação de recursos humanos. Tal descentralização decorreu da realização de ação de capacitação interna, ministrada por servidor deste Regional a servidores daquela unidade da Justiça Eleitoral.

Ressalte-se que, por se tratarem de créditos pertencentes aos orçamentos do TSE e do TRE-TO, tais valores não integram o Balanço Orçamentário do TRE-RO, ainda que sua execução orçamentária e financeira ocorra no âmbito deste Tribunal.

Execução da Despesa Orçamentária por Função, Subfunção de Governo e Ação Orçamentária

Em observância aos princípios da transparência e da evidenciação contábil, esta nota explicativa apresenta a composição das despesas orçamentárias executadas por função de governo, com base nos registros do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), referentes ao exercício de 2025.

A tabela a seguir detalha as despesas empenhadas, liquidadas e pagas, classificadas por função, subfunção e ação orçamentária, bem como a representatividade percentual das despesas pagas em relação ao total executado no exercício.

Despesas Pagas por Função de Governo – Composição

Quadro 4 - Execução da Despesa Orçamentária

Função Governo		Subfunção Governo		Ação Orçamentária	Grupo Despesa	Despesas Empenhadas (R\$)	Despesas Liquidadas (R\$)	Despesas Pagas (R\$)	AV(%)
02	Judiciária	61	Ação Judiciária	4269	3	292.786,00	292.786,00	292.786,00	0,22
		122	Administração Geral	21EE, 20TP, 159L, 20GP	1, 3, 4	117.440.683,86	98.841.157,36	98.840.157,36	74,66
		126	Administração Geral	7832	3, 4	2.003.591,00	421.000,00	421.000,00	0,32
		331	Proteção e Benefícios ao Trabalhador	2004, 212B	3	11.302.036,87	11.280.036,87	11.280.036,87	8,52
		846	Outros Encargos Especiais	09HB	1	8.185.373,90	8.176.973,90	8.176.973,90	6,18
28	Encargos Especiais	846	Outros Encargos Especiais	0056	1	496.748,35	496.748,35	496.748,35	0,38
09	Previdência Social	272	Previdência do Regime Estatutário	181	1	12.874.719,91	12.873.119,91	12.873.119,91	9,72
Total						152.595.939,89	132.381.822,39	132.380.822,39	100,00

Fonte: SIAFI 2025

A função Judiciária, por meio da subfunção “Administração Geral”, concentrou a maior parte da despesa paga, representando 74,66% do total executado no exercício de 2025. Esse resultado evidencia o foco predominante em despesas administrativas relacionadas à manutenção e funcionamento da estrutura judicial.

- ✓ A função Previdência Social, especialmente na subfunção “Previdência do Regime Estatutário”, respondeu por 9,72% das despesas, refletindo os gastos com benefícios previdenciários de servidores.
- ✓ As ações vinculadas à proteção ao trabalhador e a outros encargos especiais somaram aproximadamente 14,70% da execução financeira, indicando o compromisso institucional com o cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias.

Despesas por Grupo e Elemento de Despesa

O detalhamento das despesas por grupo e elemento de despesa contempla as dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual (LOA) e as dotações recebidas por descentralização, considerando as despesas pagas no exercício e os Restos a Pagar pagos, nos exercícios de 2025 e 2024.

Despesas Pagas por Grupo de Despesas - LOA e RP (2025 X 2024)								
Grupo de Despesas	2025			2024			Variação RS	Variação %
	Pagas do Exercício	Restos a Pagar Pagos	Total	Pagas do Exercício	Restos a Pagas Pagos	Total		
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)		
Pessoal e Encargos Sociais	83.210.765,18	3.046.541,75	86.257.306,93	82.698.281,65	3.051.264,45	85.749.546,10	507.760,83	0,59
Outras Despesas Correntes	35.448.497,47	2.499.697,92	37.948.195,39	40.287.752,79	2.481.109,86	42.768.862,65	-4.820.667,26	-11,27
Investimentos	13.721.559,74	14.078.844,68	27.800.404,42	2.196.833,91	11.198.678,55	13.395.512,46	14.404.891,96	107,54
Total	132.380.822,39	19.625.084,35	152.005.906,74	125.182.868,35	16.731.052,86	141.913.921,21	10.091.985,53	7,11
Fonte: SIAFI 2025 e 2024								

Fonte: SIAFI 2025 e 2024



Em 2025, o total das despesas pagas alcançou R\$ 152.005.906,74, representando um aumento de R\$ 10.091.985,53 (7,11%) em relação a 2024.

- ✓ Pessoal e Encargos Sociais totalizou R\$ 86.257.306,93, com crescimento de 0,59%, refletindo a estabilidade das despesas com remuneração de servidores, promotores e juízes eleitorais, bem como dos encargos previdenciários.
- ✓ Outras Despesas Correntes somaram R\$ 37.948.195,39, registrando redução de 11,27%, decorrente, principalmente, da diminuição dos gastos com manutenção administrativa e serviços operacionais.
- ✓ Investimentos atingiram R\$ 27.800.404,42, apresentando expressivo aumento de 107,54%, em razão da ampliação dos gastos com aquisição de bens permanentes, equipamentos, softwares, obras e melhorias na infraestrutura física e tecnológica.

De forma geral, observa-se que o crescimento da despesa total em 2025 foi impulsionado, principalmente, pelo aumento significativo dos investimentos, enquanto as despesas correntes apresentaram comportamento de contenção.

Nota 24 - Restos a Pagar

Os Restos a Pagar compreendem os valores de despesas empenhadas e não pagas até o encerramento do exercício financeiro, englobando tanto os processados quanto os não processados.

Esses valores representam obrigações financeiras assumidas pelo Tribunal, ainda não liquidadas ou pagas até o final do exercício, e são classificados da seguinte forma:

- ✓ Processados: quando a despesa já foi liquidada, ou seja, o bem ou serviço foi entregue e o direito do credor reconhecido;
- ✓ Não processados: quando a despesa ainda depende de liquidação, aguardando a comprovação da entrega do bem ou da prestação do serviço.

O Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia iniciou o exercício de 2026 com o montante de R\$ 25.932.538,19, correspondente à soma dos Restos a Pagar reinscritos (R\$ 6.083.500,38) e inscritos (R\$ 19.849.037,81) no encerramento do exercício de 2025, abrangendo despesas processadas e não processadas.

Esses valores representam obrigações regularmente empenhadas, mantidas sob controle contábil, orçamentário e financeiro, em conformidade com a Lei nº 4.320/1964, a Lei de Responsabilidade Fiscal, as normas do SIAFI e as condições contratuais vigentes, estando sua execução condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira do exercício subsequente.

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS

CATEGORIA	REINSCRITOS	INSCRITOS	CANCELADOS	PAGOS	SALDO
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.421.355,15	5.278.350,59	3.506.755,71	3.046.541,75	146.408,28
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	154.190,92	2.599.213,56	85.683,64	2.499.697,92	168.022,92
INVESTIMENTOS	4.507.954,31	11.971.473,66	1.241.405,89	14.078.844,68	1.159.177,40
TOTAL GERAL	6.083.500,38	19.849.037,81	4.833.845,24	19.625.084,35	1.473.608,60

Fonte: SIAFI 2025

Durante o exercício de 2025, foram cancelados R\$ 4.833.845,24, em decorrência da revisão de obrigações que não mais atendiam aos pressupostos legais para manutenção em restos a pagar, e pagos R\$ 19.625.084,35, resultando em saldo final de R\$ 1.473.608,60 a executar em exercícios posteriores.

Análise por Grupo de Despesa

- ✓ Pessoal e Encargos Sociais

Foram inscritos e reinscritos R\$ 6.699.705,74, dos quais R\$ 3.506.755,71 foram cancelados após análise administrativa e R\$ 3.046.541,75 pagos no exercício, restando saldo de R\$ 146.408,28. Esse saldo refere-se a passivos reconhecidos, cujo pagamento depende da conclusão de procedimentos administrativos específicos, tais como revisões, validações ou decisões finais quanto à sua exigibilidade.

- ✓ Outras Despesas Correntes

O montante inscrito e reinscrito foi de R\$ 2.753.404,48, relacionado, majoritariamente, a despesas continuadas vinculadas às atividades administrativas e operacionais do Tribunal, especialmente faturas do mês de dezembro de 2025, devidamente empenhadas e não liquidadas até o encerramento do exercício. Após cancelamentos no valor de R\$ 85.683,64 e pagamentos de R\$ 2.499.697,92, permaneceu saldo de R\$ 168.022,92.



✓ Investimentos

No grupo de Investimentos, foram inscritos e reinscritos R\$ 16.479.427,97, dos quais R\$ 1.241.405,89 foram cancelados em razão do não atendimento das condições contratuais para execução, e R\$ 14.078.844,68 pagos no exercício. O saldo remanescente de R\$ 1.159.177,40 refere-se a contratos de aquisição de bens permanentes, execução de obras e melhorias na infraestrutura física e tecnológica do Tribunal, cuja liquidação ficou condicionada ao cumprimento integral das etapas contratuais previstas.

Procedimento Contábil Adotado (MCASP Parte V, item 2.3)

O Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia adota o procedimento de manter o controle segregado dos restos a pagar não processados liquidados, em conformidade com os princípios e orientações estabelecidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP (Parte V, item 2.3) e no Manual SIAFI.

Assim, mesmo após a liquidação da despesa, o respectivo empenho permanece classificado como “restos a pagar não processados” até o seu efetivo pagamento, não sendo transferido para a rubrica de restos a pagar processados.

Essa prática decorre da faculdade prevista no MCASP, que admite a manutenção de controle em separado dos saldos de restos a pagar não processados liquidados, desde que a opção adotada seja divulgada em nota explicativa. Dessa forma, o saldo permanece inalterado quanto à sua classificação e é devidamente registrado nas contas patrimoniais e orçamentárias de passivo e de controle, observando-se as normas contábeis vigentes.

Execução dos Restos a Pagar

ESPECIFICAÇÃO	DEZ/2025 (R\$)	AV(%)
RESTOS A PAGAR PAGOS	19.625.084,35	75,68
RESTOS A PAGAR CANCELADOS	4.833.845,24	18,64
REINSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	1.473.608,60	5,68
TOTAL GERAL	25.932.538,19	100

Fonte: SIAFI 2025

Em dezembro de 2025, os Restos a Pagar totalizaram R\$ 25.932.538,19, dos quais 75,68% foram pagos. Os cancelamentos, que representaram 18,64%, decorreram de revisão de obrigações sem respaldo legal ou contratual. O saldo de 5,68% foi reinscrito para execução no exercício seguinte.

Nota 25 - Balanço Financeiro

Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas (MCASP - Parte V, item 2.3)

Nos termos da Lei nº 4.320/1964, o Balanço Financeiro evidencia a movimentação dos recursos financeiros da unidade, compreendendo as receitas e despesas orçamentárias, os ingressos (recebimentos) e dispêndios (pagamentos) de natureza extraorçamentária, bem como os saldos de caixa provenientes do exercício anterior e aqueles transferidos para o início do exercício seguinte.

Transferências Financeiras Recebidas

O TRE-RO, por não arrecadar receitas orçamentárias próprias, tem nas transferências financeiras sua principal fonte de recursos, provenientes, em sua maioria, de sub-repasses do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Esses valores destinam-se à cobertura das despesas com pessoal e encargos sociais, à manutenção das atividades administrativas e operacionais, bem como à execução de investimentos e à utilização de créditos orçamentários recebidos por meio de destaques e provisões.

Ingressos

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	DEZ/2025 (R\$)	DEZ/2024 (R\$)	AH(%)	AV(%)
SUB-REPASSE RECEBIDO	151.400.752,99	136.306.656,01	11,07	87,76
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA PAGAMENTO DE RP	21.044.931,16	5.134.915,47	309,84	12,20
MOVIMENTAÇÃO DE SALDOS PATRIMONIAIS	72.573,24	118.539,28	-38,78	0,04
TOTAL GERAL	172.518.257,39	141.560.110,76	21,87	100

Fonte: SIAFI 2025

Sob a perspectiva das fontes de recurso, o montante de sub-repasses recebidos pelo TRE-RO no exercício de 2025 apresenta a seguinte composição, conforme demonstrado no quadro abaixo:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Sub-Repasse Recebido – por Fonte de Recursos

GRUPO FONTE	FONTE RECURSOS	DESCRIÇÃO DA FONTE	DEZ/2025 (R\$)	DEZ/2024 (R\$)
RECURSOS DO TESOURO - EXERCÍCIO CORRENTE	000	RECURSOS LIVRES DA UNIÃO	135.417.040,89	123.255.151,01
	027	SERVIÇOS AFETOS ÀS ATIVIDADES ESPECÍFICAS DA JUSTIÇA	3.672.080,00	2.112.000,00
	056	BENEFÍCIOS DO RPPS DA UNIÃO	12.311.632,10	10.939.505,00
TOTAL GERAL			151.400.752,99	136.306.656,01

Fonte: SIAFI 2025

Transferências Recebidas para Pagamento de Restos a Pagar

São transferências financeiras oriundas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), destinadas ao pagamento de Restos a Pagar (RP), processados e não processados, inscritos em exercícios anteriores:

FONTE RECURSOS	DESCRIÇÃO DA FONTE	DEZ/2025 (R\$)	DEZ/2024 (R\$)
000	RECURSOS LIVRES DA UNIÃO	21.044.931,16	5.134.915,47

Fonte: SIAFI 2025

Recebimentos Extraorçamentários

ESPECIFICAÇÃO	DEZ/2025 (R\$)	DEZ/2024 (R\$)
INSCRIÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.000,00	2.440.182,15
INSCRIÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	20.214.117,50	17.185.176,99
TOTAL GERAL	20.215.117,50	19.625.359,14

Fonte: SIAFI 2025

Restos a Pagar Processados

No exercício de 2025, foi inscrito o montante de R\$ 1.000,00 em Restos a Pagar Processados (conta 6.2.2.9.2.01.07), referente a despesas regularmente empenhadas e liquidadas, cujo pagamento não foi realizado até 31 de dezembro de 2025.

O valor registrado representa compromissos financeiros decorrentes de contratos de fornecimento de bens com a respectiva liquidação reconhecida no exercício, evidenciando redução significativa em relação ao exercício de 2024, quando foram inscritos R\$ 2.440.182,15, o que demonstra maior eficiência na execução e liquidação das despesas ao final do exercício.

Restos a Pagar Não Processados

No exercício de 2025, foi inscrito o montante de R\$ 20.214.117,50 em Restos a Pagar Não Processados (conta 6.2.2.9.2.01.05), referente a despesas regularmente empenhadas, porém não liquidadas até 31 de dezembro de 2025, em razão de bens ou serviços ainda não integralmente recebidos ou devidamente comprovados.

A maior parte dessas despesas decorre de contratos administrativos e obrigações de caráter continuado, cuja liquidação e pagamento ocorrerão no exercício subsequente, após a adequada comprovação da execução contratual.

A inscrição observou os critérios estabelecidos na Lei nº 4.320/1964 e nas normas expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional, assegurando a continuidade da execução das despesas empenhadas, sem prejuízo da regularidade orçamentária e financeira do TRE-RO.

Dispêndios

ESPECIFICAÇÃO	DEZ/2025 (R\$)	DEZ/2024 (R\$)	AH(%)	AV(%)
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	152.595.939,89	144.808.227,49	5,38	75,51
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	1.426.142,83	1.905.848,74	-25,17	0,71
PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	21.479.690,92	22.525.688,03	-4,64	10,63
SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	26.586.596,03	5.473.650,32	385,72	13,16
TOTAL GERAL	202.088.369,67	174.713.414,58	15,67	100

Fonte: SIAFI 2025

Despesas Orçamentárias

As Despesas Orçamentárias totalizaram R\$ 152.595.939,89, correspondendo a 75,51% do total executado, abrangendo as despesas empenhadas e liquidadas no exercício, conforme demonstrado no Balanço Orçamentário (Nota 23).



De acordo com a classificação apresentada no Balanço Financeiro (BF), destaca-se que a categoria “Recursos Não Vinculados” se refere às despesas executadas com recursos de livre aplicação, ou seja, provenientes de fontes que não possuem destinação específica, podendo ser utilizados em diversas finalidades orçamentárias.

Por sua vez, a categoria “Vinculadas” corresponde às despesas realizadas com recursos cuja aplicação está condicionada a finalidades específicas, conforme determinado pela legislação vigente.

Transferências Financeiras Concedidas

ESPECIFICAÇÃO	DEZ/2025 (R\$)	DEZ/2024 (R\$)	AH(%)	AV(%)
REPASSE CONCEDIDO	0,00	2.701,00	-100,00	0,00
MOVIMENTAÇÃO DE SALDOS PATRIMONIAIS	1.426.142,83	1.903.147,74	-25,06	100,00
TOTAL GERAL	1.426.142,83	1.905.848,74	-25,17	100

Fonte: SIAFI 2025

Foi contabilizado o valor de R\$ 1.426.142,83 no título “Movimentação de Saldos Patrimoniais”, referente às receitas arrecadadas e posteriormente transferidas ao Tesouro Nacional.

Trata-se de movimentação de natureza patrimonial, que não configura repasse financeiro direto a terceiros, mas sim transferência de recursos arrecadados de volta ao erário, compondo os saldos financeiros da União.

Pagamentos Extra orçamentários

ESPECIFICAÇÃO	DEZ/2025 (R\$)	DEZ/2024 (R\$)	AH(%)	AV(%)
PAGAMENTO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	2.617.257,14	2.692.698,88	-2,80	12,18
PAGAMENTO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	17.007.827,21	14.038.353,98	21,15	79,18
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	1.851.719,64	5.793.115,65	-68,04	8,62
OUTROS PAGAMENTOS EXTRA ORÇAMENTÁRIOS	2.886,93	1.519,52	89,99	0,01
TOTAL GERAL	21.479.690,92	22.525.688,03	-4,64	100

Fonte: SIAFI 2025

Dentre os componentes dessa execução, destaca-se o montante de R\$ 17.007.827,21 referente ao pagamento de restos a pagar não processados, que representa a maior parcela das despesas extraorçamentárias no período.

Esses valores estão vinculados a despesas com pessoal e encargos sociais, incluindo reembolsos a órgãos de origem de servidores requisitados, bem como a outras despesas correntes e de investimento.

Tais pagamentos correspondem a obrigações assumidas em exercícios anteriores, ainda não liquidadas, sendo executados no exercício atual após o devido processamento.

Saldo para o Exercício Seguinte

O Saldo para o exercício seguinte totalizou R\$ 26.586.596,03, correspondente a 13,16% dos dispêndios realizados (R\$ 202.088.369,67), apresentando aumento de 385,72% em relação ao saldo registrado ao final de 2024 (R\$ 5.473.650,32).

Esse montante representa os recursos financeiros disponíveis ao término do exercício de 2025, destinados a cobrir despesas do exercício subsequente, assegurando a continuidade das atividades e o cumprimento das obrigações orçamentárias do TRE-RO.

Nota 26 - Demonstração dos Fluxos De Caixa

A presente nota apresenta a conciliação com os valores dos fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais, de investimento e de financiamento, conforme demonstrado na Demonstração dos Fluxos de Caixa, Parte V, item 2.3 do MCASP.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa evidencia as entradas e saídas de recursos financeiros, compreendendo o caixa e seus equivalentes, ocorridas ao longo do exercício.

Esse demonstrativo permite avaliar a forma como a entidade pública obteve e utilizou seus recursos financeiros, destacando os fluxos de caixa relativos às atividades operacionais, de investimento e de financiamento, conforme detalhado a seguir:

Ingressos

FLUXOS DE CAIXA - INGRESSOS	DEZ/2025 (R\$)	DEZ/2024 (R\$)	AH(%)	AV(%)
OPERACIONAL	176.399.601,85	150.900.333,83	16,90	100
INVESTIMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00
FINANCIAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	176.399.601,85	150.900.333,83	16,90	100

Fonte: SIAFI 2025



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Os ingressos operacionais do TRE/RO são compostos, principalmente, por transferências financeiras recebidas do TSE, que representaram 97,80% do total em 2025.

Desembolsos

FLUXOS DE CAIXA - DESEMBOLSOS	DEZ/2025 (R\$)	DEZ/2024 (R\$)	AH(%)	AV(%)
OPERACIONAL	127.486.251,72	136.218.892,66	-6,41	82,10
INVESTIMENTO	27.800.404,42	13.395.512,46	107,54	17,90
FINANCIAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	155.286.656,14	149.614.405,12	3,79	100

Fonte: SIAFI 2025

Em 2025, os desembolsos totais do TRE/RO registrados na Demonstração dos Fluxos de Caixa somaram R\$ 155.286.656,14 representando um aumento de 3,79% em relação a 2024.

A maior parte dos desembolsos (82,10%) refere-se a atividades operacionais, principalmente despesas com pessoal e manutenção, totalizando R\$ 115.892.940,51, incluindo contribuições previdenciárias.

Os desembolsos de investimento alcançaram R\$ 27.800.404,42, correspondendo a 17,90% do total, com destaque para a aquisição de ativos não circulantes.

Conciliação – Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) x Balanço Patrimonial - Exercício de 2025

1.FLUXOS DE CAIXA APURADOS NA DFC	VALOR (R\$)
ATIVIDADE	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	48.913.350,13
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-27.800.404,42
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA NO EXERCÍCIO (VARIAÇÃO LÍQUIDA)	21.112.945,71
2. VARIAÇÃO DE CAIXA – CONCILIAÇÃO COM O BALANÇO PATRIMONIAL	VALOR (R\$)
DESCRIÇÃO	
CAIXA E EQUIVALENTES EM 01/01/2025 (INÍCIO DO EXERCÍCIO)	5.473.650,32
(+/-) GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA (TOTAL DA DFC)	21.112.945,71
CAIXA E EQUIVALENTES EM 31/12/2025 (FINAL DO EXERCÍCIO)	26.586.596,03

Fonte: SIAFI 2025

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) evidencia que, no exercício de 2025, os fluxos líquidos das atividades operacionais, no montante de R\$ 48.913.350,13, foram parcialmente compensados pelos fluxos líquidos das atividades de investimento, no valor de R\$ 27.800.404,42, não havendo fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento.

Como resultado, apurou-se uma geração líquida de caixa de R\$ 21.112.945,71 no exercício.

Esse valor está integralmente conciliado com a variação dos saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa evidenciada no Balanço Patrimonial, que passou de R\$ 5.473.650,32 em 01/01/2025 para R\$ 26.586.596,03 em 31/12/2025, representando um aumento de R\$ 21.112.945,71 no período.

Nota 27 - Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa e Resultado Financeiro

A Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa evidencia a variação do saldo de caixa ao longo do exercício de 2025, resultante da diferença entre os ingressos e os desembolsos financeiros, conforme demonstrado na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e conciliado com o Balanço Financeiro.

	ATIVIDADE	DEZ/2025 (R\$)	DEZ/2024 (R\$)	VARIAÇÃO ABSOLUTA	AH(%)
INGRESSOS	OPERACIONAL	176.399.601,85	150.900.333,83	25.499.268,02	16,90
	TOTAL INGRESSOS (I)	176.399.601,85	150.900.333,83	25.499.268,02	16,90
DESEMBOLSOS	OPERACIONAL	127.486.251,72	136.218.892,66	-8.732.640,94	-6,41
	INVESTIMENTO	27.800.404,42	13.395.512,46	14.404.891,96	107,54
	TOTAL DESEMBOLSOS (II)	155.286.656,14	149.614.405,12	5.672.251,02	3,79
	SALDO FINANCEIRO DO PERÍODO (I) - (II)	21.112.945,71	1.285.928,71	19.827.017,00	1541,84

Fonte: SIAFI 2025

No exercício de 2025, os ingressos operacionais totalizaram R\$ 176.399.601,85, representando crescimento de 16,90% em relação a 2024. Os desembolsos financeiros somaram R\$ 155.286.656,14, sendo R\$ 127.486.251,72 referentes às atividades operacionais e R\$ 27.800.404,42 às atividades de investimento.

Como resultado, apurou-se um saldo financeiro do período de R\$ 21.112.945,71, significativamente superior ao registrado em 2024 (R\$ 1.285.928,71), evidenciando aumento expressivo da capacidade de geração de caixa no exercício.



Esse resultado encontra-se integralmente conciliado com a variação dos saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa, que passaram de R\$ 5.473.650,32 em 31/12/2024 para R\$ 26.586.596,03 em 31/12/2025, resultando em um superávit financeiro de R\$ 21.112.945,71 no exercício:

APURAÇÃO DO RESULTADO FINANCEIRO	VALOR (R\$)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	26.586.596,03
(-) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	5.473.650,32
RESULTADO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (SUPERÁVIT ou DÉFICIT)	21.112.945,71

Fonte: SIAFI 2025

O Resultado Financeiro de 2025 corresponde à variação do saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa ao longo do exercício, apurada pela diferença entre o saldo final e o saldo inicial.

Em 31/12/2025, o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa foi de R\$ 26.586.596,03, frente a R\$ 5.473.650,32 registrados em 31/12/2024, resultando em superávit financeiro de R\$ 21.112.945,71 no exercício.

Os recursos estão, em sua maior parte, registrados na conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento, representando disponibilidades financeiras vinculadas à execução das despesas previstas no orçamento.

Os valores apresentados estão conciliados com o Balanço Financeiro e o Balanço Patrimonial, em conformidade com o MCASP, a Lei nº 4.320/1964 e as normas do SIAFI.

Outras Informações Relevantes

O TRE-RO atendem integralmente ao item 9.3.2 do MCASP – Parte II, referente a um ativo contingente originado de uma transação sem contraprestação, como segue:

Ativo Contingente

O MCASP define ativo contingente como um ativo de natureza possível, originado de eventos passados, cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão completamente sob o controle da entidade.

Atualmente, o TRE-RO possui um ativo contingente registrado em suas contas de controle, decorrente da doação de um imóvel pelo Governo do Estado de Rondônia, formalizada por meio do Decreto nº 28.473, de 29 de setembro de 2023. O imóvel está situado no Lote nº 55, Quadra nº 09, Setor nº 04, na Rua Santana dos Olhos d'Água, nº 2434, Bairro Centro, no município de Santa Luzia d'Oeste, com área total de 590,00 m², destinado à construção da sede da 19ª Zona Eleitoral.

O bem está registrado nas contas de controle patrimonial (classes 7 e 8), com valor total de R\$ 343.266,85, assim distribuído:

- ✓ R\$ 68.793,92 referente ao valor do terreno;
- ✓ R\$ 274.472,93 referente às benfeitorias, conforme laudo técnico de avaliação.

Bases de Mensuração por Classe Contábil

Em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP (Parte V, itens 8.2 e 8.2.1) e a NBC TSP 11 (itens 127 e 132), o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia apresenta as principais bases de mensuração adotadas nas Demonstrações Contábeis do exercício de 2025.

- ✓ Caixa e equivalentes de caixa: custo histórico
- ✓ Créditos e valores a curto prazo: valor original / valor realizável esperado
- ✓ Estoques: custo histórico / custo médio ponderado
- ✓ VPDs pagas antecipadamente: custo histórico
- ✓ Imobilizado: custo histórico, depreciação e redução ao valor recuperável
- ✓ Bens imóveis: ajuste a valor justo (quando aplicável)
- ✓ Intangível: custo histórico e amortização
- ✓ Ativos com indícios de perda: valor recuperável
- ✓ Passivos: valor conhecido ou estimável



Crítérios de Mensuração e Depreciação dos Bens Móveis

Os bens móveis registrados no Ativo Imobilizado são mensurados inicialmente pelo custo de aquisição, compreendendo o preço de compra acrescido dos gastos diretamente atribuíveis à colocação do bem em condições de uso, conforme a Macrofunção SIAFI nº 02.03.43. Nos casos de bens recebidos por transferência, doação ou incorporação, a mensuração inicial é realizada pelo valor contábil ou pelo valor justo, conforme aplicável.

A depreciação dos bens móveis é reconhecida de forma sistemática a partir do momento em que o bem se encontra disponível para uso, sendo iniciada, como regra geral, no primeiro dia do mês subsequente à sua entrada em operação, nos termos da Macrofunção SIAFI nº 02.03.30. O método adotado é o das quotas constantes, aplicado ao longo da vida útil econômica do bem, tendo como base de cálculo o valor contábil bruto, deduzido do valor residual, quando aplicável. As vidas úteis econômicas e os valores residuais observam os parâmetros definidos pela Secretaria do Tesouro Nacional.